



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Declaro iniciada a 3ª Reunião de Audiência Pública de 2017 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião é resultado da aprovação do Requerimento nº 1, de 2017, de autoria do nobre Deputado Hugo Leal, e tem por finalidade discutir os cenários para o desenvolvimento do Brasil, em especial os cenários de financiamento a longo prazo, bioeconomia, perspectivas até 2035, previdência, saúde do Brasil em 2035.

Convido a compor a Mesa os senhores expositores desta manhã: Dr. Sérgio Abreu e Lima Florêncio, Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA (*pausa*); Dr. Leandro Freitas Couto, Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento — ASSECOR (*pausa*); Dr. Edson Bolfe, Coordenador de Inteligência Estratégica da Secretaria de Inteligência e Macroestratégia, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA, que veio representando o Sr. Maurício Antônio Lopes, Presidente da EMBRAPA. (*Pausa.*)

Primeiro, quero agradecer a presença dos nossos amigos hoje pela manhã.

De acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, cada um dos senhores dispõe de 30 minutos inicialmente. É óbvio que não vamos cortar a fala de ninguém — nem que seja por educação —, mas não ultrapassem demais o tempo. (*Riso.*)

Conforme estipulado, depois os Parlamentares poderão interpellá-los e fazer as perguntas necessárias por 5 minutos. Aos senhores é facultada a réplica e a tréplica por mais 2 minutos. Mas acho que não chegaremos a isso, porque se trata de uma aula. Os alunos são bem-comportados.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sra. Presidente, posso quebrar um pouco o protocolo?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Pela ordem, tem a palavra o nobre Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Quero agradecer a presença dos nobres palestrantes e dizer qual é o motivo desta audiência pública. Hoje mesmo algumas pessoas me perguntaram: “Hugo, o que aconteceu? Você vai discutir as



perspectivas para o Brasil até 2035? Você não sabe nem o que vai acontecer amanhã! Você não sabe nem o que vai acontecer na semana que vem!” É por isto: as pessoas não entenderam que, para terem um presente pelo menos com perspectivas, é preciso fazer o planejamento, gerar o futuro. Nosso presente já está comprometido. Nós temos que trabalhar a perspectiva do futuro.

Eu conheci este documento, Deputada Laura Carneiro, quando ele estava sendo gerado e depois, quando já estava consolidado, no lançamento feito no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. Fiquei muito empolgado. Este local aqui, a Comissão Mista de Orçamento é o melhor local para discutir esse tema.

A ASSECOR — Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento trouxe essa preocupação exatamente com vistas a começarmos, ou pelo menos estimularmos, dentro da Comissão Mista de Orçamento, a discutir o Plano Plurianual e o Plano Decenal. Esta Comissão é a mais importante do Congresso Nacional, e as pessoas não têm infelizmente uma visão dessa natureza.

Então, acredito que podemos aqui contribuir, pelo menos, em termos de registro histórico, para que esse documento possa ser olhado, observado e, se possível, lido pelos Parlamentares. A forma com que foi escrito é muito interessante, inclusive para as pessoas que não estão afetas à questão do planejamento. Isso é muito interessante.

Fiz essa justificativa, antes de se iniciarem a fala dos nossos convidados — sei que não é normal, não é regimental, Deputada — exatamente para firmar essa posição. Eu não imaginei que este Plenário estivesse diferente do que está agora, mas isso não me desanima, só me desaponta. Temos que reaprender a fazer essa análise.

Então, mais uma vez agradeço a V.Exa., que está presidindo os trabalhos. Já ouvi alguns, mas estou ansioso para ouvir essa formatação. Espero que possa ser um documento de referência, porque é cansativo — desculpe-me, mas só quero registrar — ficar discutindo o nosso resumo da Comissão, ficar discutindo a meta fiscal. É muito desgastante. Isso é importante? Sim, mas não é possível que o universo só gire em torno disso.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Eu diria, nobre Deputado, que é muito triste só discutir a meta fiscal, mas V.Exa. trouxe para a Comissão a possibilidade de discutirmos o amanhã, o futuro. Sempre temos que construir algo para as próximas gerações. Já não seremos mais nós a receber as consequências das boas ações, mas, com certeza, os nossos filhos e netos as receberão.

Gostaria de chamar o Dr. Maurício Pinheiro Fleury Curado, Coordenador do Núcleo de Cenários e Estudos Prospectivos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, para acompanhar os trabalhos aqui conosco. *(Pausa.)*

Registro que o Deputado Celso Pansera está entre nós.

Vou começar pelo Dr. Sérgio Abreu, do IPEA. Com a palavra S.Sa.

O SR. SÉRGIO ABREU E LIMA FLORÊNCIO - Bom dia a todos. Gostaria de agradecer à Presidente da Comissão esse honroso convite para, nesta ocasião, apresentar o estudo intitulado *A Construção de Cenários Prospectivos para o Brasil em 2035*.

Vou enfatizar alguns aspectos básicos que nortearam a elaboração desse estudo. Não vou me aprofundar nos aspectos mais concretos porque tenho, ao meu lado, uma pessoa extremamente competente, muito mais do que eu, para fazê-lo. Então, vou apenas ressaltar que estudos prospectivos constituem um instrumento essencial de planejamento, que é utilizado por diversos países.

Praticamente todos os países desenvolvidos de médio e grande porte desenvolvem estudos prospectivos. Por quê? Porque esse instrumento é fundamental para a elaboração do planejamento. Como ressaltou o nobre Deputado logo no início da nossa sessão, é importante que olhemos o País não só no curto prazo, mas também numa dimensão mais ampla.

Esse olhar mais amplo implica necessariamente não só ter uma visão impressionista do futuro, mas também adotar estudos que têm uma base metodológica, elaborados a partir de diversas metodologias existentes e que levam em consideração aspectos fundamentais para o País.

Esse instrumento de cenários prospectivos é utilizado não só por países, mas também por empresas. Grandes empresas internacionais desenvolvem essa modalidade de investigação nas suas atividades de planejamento. Shell, National



Intelligence Council, France's Strategy e diversas outras instituições internacionais desenvolvem esses estudos.

No caso brasileiro, várias grandes empresas desenvolvem também esse tipo de estudo, inclusive a EMBRAPA, que está aqui representada. Nós temos um histórico de trabalhos com esse perfil. Um dos primeiros trabalhos desenvolvidos em matéria de cenários prospectivos foi o trabalho intitulado *Brasil 2020*.

Na verdade, esse trabalho cobria o final dos anos 90 até o ano 2020 e foi dirigido pelo Embaixador Ronaldo Sardenberg, que, por circunstâncias da vida, foi meu chefe no Itamaraty durante 7 anos. Aprendi muito com ele, que foi um dos pioneiros desse tipo de estudo.

Posteriormente foi desenvolvido outro estudo, chamado *Brasil 3 tempos*, também a cargo da instância que hoje é a Secretaria de Assuntos Estratégicos. Esse estudo cobria os períodos de 2007, 2015 e 2022, ou seja, terminava coincidindo com o ano de celebração do 2º Centenário da Independência. O atual estudo, que certamente será apresentado pelo Maurício com muito mais competência do que eu o faria, envolveu um grande número de instituições.

Participaram desse exercício 29 instituições. Entre elas, de forma não exaustiva, eu citaria apenas EMBRAPA, PETROBRAS, BNDES, Ministério da Defesa, ASSECOR e IPEA. Num certo sentido, o IPEA coordenou esse trabalho junto à ASSECOR. Houve 820 pessoas envolvidas nesse exercício. Então, o trabalho de cenários prospectivos contou com uma grande amplitude de instituições. Ele teve quatro dimensões básicas: uma dimensão de política interna, uma dimensão econômica, uma dimensão territorial e uma dimensão social.

Como Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do IPEA, tive prazer em receber o Maurício, que desenvolveu os estudos com uma equipe. Agora ele fará uma apresentação da substância desses estudos.

Eu gostaria de agradecer as palavras iniciais do Deputado Hugo Leal a respeito da relevância desse exercício. Compartilho inteiramente a ideia de que exercícios dessa natureza são sempre relevantes, porque permitem uma visão mais prospectiva do País, e não apenas uma visão de curto prazo.

Muito obrigado.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Eu quero agradecer ao Dr. Sérgio as palavras.

Vou passar, então, a palavra ao Dr. Maurício, para que possa complementar a fala sobre o estudo.

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - Obrigado. Eu vou usar da palavra rapidamente. Cumprimento também o Deputado Hugo Leal, que conheço há mais de 10 anos. Agradeço a todos pela presença.

Muito bom dia a todos. O meu nome é Maurício Fleury Curado e eu trabalho no Núcleo de Cenários e Estudos Prospectivos do IPEA. Nós realizamos esse trabalho há cerca de 1 ano e meio, por mais de 1 ano. Foi um trabalho extensivo, bastante cansativo mesmo. Nós tivemos muitas oficinas e alguns seminários. Na verdade, mais de 800 pessoas estiveram envolvidas no projeto. O resultado disso é um produto do qual nos orgulhamos muito. Para pensarmos o futuro do nosso País, entendemos ser extremamente relevante encontrar caminhos para o desenvolvimento, além de identificar pontos que precisamos acompanhar com cuidado.

(Segue-se exibição de imagens.)

Rapidamente, eu queria falar sobre prospectiva, área que se dispõe a estudar o futuro. Não se trata de projeção, modelagem ou análise de regressão, que os meus colegas economistas estão tão acostumados a fazer. Nós usamos muitos dados quantitativos, mas há uma hora em que é necessária a criatividade, a percepção, a imaginação e a sensibilidade humana para conseguirmos identificar o nosso futuro. Trabalhamos com métodos quantitativos para dar fundamento às nossas percepções, mas não exclusivamente, porque precisamos considerar vários futuros.

Os estudos de futuro da prospectiva não têm a pretensão de dizer o que vai ser o futuro. Pelo contrário, nós temos certeza de que os cenários que desenharemos não se concretizarão daquela forma, mas eles servem como exercício para chamar a atenção sobre quais pontos precisam do nosso acompanhamento, precisam da nossa atenção. Então, o nosso objetivo não é acertar, mas sim influenciar uma decisão futura. Projeções, modelos, métodos



quantitativos podem fazer parte, mas não são o cerne do cenário, do estudo prospectivo.

Como normalmente as pessoas não estão acostumadas à ideia, eu vou mostrar alguns organismos, algumas instituições, alguns países, para que os senhores e as senhoras possam ter ideia da importância desse tipo de trabalho. O Banco Mundial, o Fórum Econômico Mundial, a Organização do Tratado do Atlântico Norte — OTAN, a República Francesa, a NASA, a CIA, o Conselho Nacional de Inteligência dos Estados Unidos e grandes empresas, como IBM e SHELL, fazem estudos de futuro, fazem estudos prospectivos.

No Brasil, não temos tanta tradição nisso, mas esse instrumento é usado pelas Forças Armadas — Exército, Marinha e Aeronáutica —, que precisam disso de uma maneira muito profunda, e por empresas bem consolidadas, que têm um papel relevante no nosso País, como EMBRAPA, PETROBRAS, BNDES, Banco do Brasil, Fiocruz.

Então, trata-se de uma metodologia que não está muito difundida. Mas quem trabalha seriamente, quem sabe que necessita montar um futuro para continuar existindo já trabalha com estudos de cenário.

Rapidamente trago uma descrição do que seria isso: a descrição coerente de uma cena futura e do encaminhamento dos acontecimentos que permitem passar da nossa situação atual para a situação futura. Então, não se trata apenas de imaginar uma cena, mas de imaginar como essa cena pode existir através de passos coerentes

Os cenários requerem uma visão de longo prazo, plural, eles são uma percepção qualitativa, não dá para se comparar um cenário com outro: “Ah, esse cenário é o dois, esse aqui é o três”. *Esse é três vezes melhor.* São coisas distintas. Os cenários são distintos. Eles não são comparáveis, mas precisam ser plausíveis, consistentes e coerentes internamente.

O que temos aqui é o nosso passado. Estamos nesse ponto. *(Mostra gráfico.)* A partir daqui temos infinitas possibilidades do nosso futuro. *(Mostra gráfico.)*

Nem todas essas infinitas possibilidades são possíveis. Há uma parte que é possível, que é realizável, e dela uma pequena parte nos é desejável. Quando imaginamos os cenários, eles podem ser de toda sorte e têm infinitas possibilidades.



Vou precisar falar sobre alguns conceitos rapidamente aos senhores, para que possamos ir adiante. Sobre outros não vou falar, porque acho que ficará muito pesado. Mas o conceito de semente de futuro, elaborado pela nossa coordenadora, é fundamental. O embaixador referiu-se a mim, mas, na verdade, esse trabalho foi coordenado pela Elaine Marcial, que é Doutora e Mestre em Ciência da Informação e que foi nossa chefe no estudo. Ela tocou o projeto o tempo todo.

Muito obrigado, Elaine.

Esse conceito é dela.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - É um prazer recebê-la na Comissão.

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - As sementes do futuro são *“fatos ou sinais existentes no passado e no presente que sinalizam possibilidades de futuro”*.

O conceito de semente é muito adequado, porque, quando temos sementes em nossas mãos, não sabemos o que elas serão. As sementes podem ser mato, podem ser árvores frutíferas, podem ser plantas ornamentais. Não sabemos se as árvores frutíferas darão bons ou maus frutos, ou se não darão frutos, mas elas são o ponto de início para um futuro. A expressão *“sementes de futuro”* é uma alegoria muito adequada que usamos sempre.

Há vários tipos de sementes de futuro, mas não vou falar de todos eles. Porém, eu gostaria de falar particularmente de dois que são pilares para a construção dos cenários: as tendências de peso e as incertezas críticas.

As tendências não são o que normalmente pensamos: *“Ah, a tendência é que todo mundo vai poder usar cabelo comprido...”* Tendência é algo que já está consolidado, é algo palpável, verificável. O que podemos, por exemplo, colocar como tendência de peso é o envelhecimento da população. É algo que já existe. Nós conseguimos verificar. Como também precisamos justificar essa tendência, temos dados que podem comprovar a existência dela.

Tendências, como o envelhecimento da população, são relevantes. O aumento dos anos de escolaridade é relevante. E essas tendências servem para os cenários, porque vão ser o pano de fundo deles. Qualquer que seja o cenário que imaginemos no futuro, essas tendências vão estar presentes.



Não há como imaginarmos um futuro em que consigamos ver uma população que está morrendo mais jovem. Não. Em qualquer que seja o cenário — positivo, brilhante para o País, de dependência do País, de colapso — não interessa, a população estará mais envelhecida, além de questões ligadas à escassez energética e à água.

Essas questões estarão presentes em qualquer cenário. É muito importante que nós as levantemos, porque elas são o contexto. A Elaine Marcial disse que elas são o recheio, eu digo que elas são a conjuntura que nós vamos verificar em qualquer cenário.

Ao mesmo tempo, na verdade, as incertezas é que vão dar cor ao cenário. Se o pano de fundo, se a conjuntura vai ser a mesma para todos, existem perguntas que precisam ser respondidas para cada um dos cenários. As incertezas críticas mudarão o tipo de cenário. Dependendo do nosso arcabouço legal, normativo e tributário, o País vai estar em condições de fazer mais negócios, os custos de transação vão estar mais baixos e a economia vai ser mais dinamizada.

As incertezas, ao contrário das tendências, são perguntas. As tendências são movimentos: algo cresce, algo se mantém ou algo diminui. As incertezas são perguntas: como vai estar a taxa brasileira de investimentos daqui a 20 anos? Haverá condição de fazer negócios de maneira mais simples, efetiva e com menores custos daqui a 20 anos? A população vai estar educacionalmente preparada para os saltos tecnológicos? Haverá infraestrutura para garantir o desenvolvimento brasileiro? Então, as incertezas dão condição de fazer a mudança do cenário. Os cenários estão calcados nas incertezas e baseados nas tendências.

Michel Godet definiu o que são tendências de peso: são *“eventos cuja direção é suficientemente consolidada e visível para se admitir sua permanência no período consolidado e considerado”*. Nós trabalhamos com quatro dimensões, como falou o nosso diretor. Na dimensão econômica, uma tendência de peso é o aumento das transações e dos serviços financeiros digitais. Essa tendência está consolidada, ela é verificada. Nós temos como comprová-la, e eu diria que ela é inescapável. É muito difícil mudar uma tendência. Então, cada vez mais haverá transações financeiras de maneira digital. Essa é uma tendência de peso.



Como eu falei, a incerteza é uma pergunta, é um questionamento. Então, não se sabe qual será o comportamento futuro dessas variáveis, elas apresentam um mundo de possibilidades. Mesmo assim, elas são de grande importância para o estudo do futuro.

A título de ilustração, eu elenquei uma incerteza para a dimensão econômica, já que estamos na CMO: a taxa de poupança interna atingirá pelo menos 25% do PIB? Essa é uma incerteza que vai fazer diferença no País. A taxa de investimento como percentual do PIB faz diferença, determinando o crescimento ou a falta do crescimento, a formação bruta de capital fixo, o investimento social na educação etc. Então, eu mostrei um exemplo de tendência e um exemplo de incerteza.

O projeto foi coordenado pelo IPEA e pela ASSECOR, e contou com 29 instituições parceiras — eu vou mostrar uma foto com as principais. A nossa equipe técnica era integrada por uma pesquisadora-doutora, que era a Elaine; dois técnicos mestres, que eram o Samuel, engenheiro mecatrônico, e eu; cinco pesquisadores bolsistas também com mestrado; e ainda tivemos ajuda de uma bolsista de Estatística.

Essas são algumas das instituições que participaram de quase todas as etapas. Eu preciso destacar o BNDES, a PREVI, a PETROBRAS, a ANATEL, o Museu do Amanhã, a USP, a UNESP, a EMBRAPA, a Marinha, o Exército, a Escola Superior de Guerra, o Ministério da Defesa e a FIOCRUZ. Essas instituições são sérias e levam a sério tanto a sustentação da sua vida como têm compromisso com o País. Tivemos oportunidade de caminhar junto com pessoas comprometidas.

Para trabalharmos com cenários, precisamos montar um sistema para delimitar o escopo do nosso trabalho. O nosso objeto era o desenvolvimento do Brasil. O nosso objetivo foi identificar elementos que subsidiassem a formulação de estratégias de desenvolvimento para o País num horizonte temporal de 20 anos, de 2016 a 2035.

O projeto começou em 2016, e nós publicamos o livro em junho deste ano. O Deputado Hugo Leal estava presente no lançamento do livro no Museu do Amanhã. Os destinatários são os dirigentes e empreendedores dos setores público e privado. Os cenários servem para subsidiar a tomada de decisão. Eles não são política pública, eles são subsídio para a tomada de decisão na formulação de política



pública ou de decisão empresarial. A finalidade é a produção de subsídios que contribuam para a tomada de decisão e a formulação de estratégias de longo prazo.

Para que nós trabalhássemos o tempo todo com uma só visão, uma questão orientadora norteou todos os nossos trabalhos o tempo todo. Inclusive, imprimíamos essa pergunta e a colocávamos nas nossas oficinas, para lembrar ao pessoal o que era importante. A pergunta era: que caminho o Brasil poderá trilhar até 2035, para que tenhamos um País desenvolvido, com uma sociedade mais livre, justa e solidária em 2100?

Nós consideramos que, até 2035, o País não vai estar no nível de desenvolvimento que nós gostaríamos. Não há condição. Mas em 2100 é possível isso acontecer. Uma sociedade mais “livre, justa e solidária” é uma expressão que está na Constituição. Então, não estamos tirando coelho de cartola nenhuma, nós estamos nos reportando à nossa Constituição. Para isso, nós trabalhamos com quatro dimensões: social, político-institucional, territorial e econômica. Além disso, consideramos três dimensões transversais: água, meio ambiente, e ciência e tecnologia. Nós resolvemos separar água de meio ambiente, porque entendemos que água é uma questão tão séria e profunda que vale a pena ser separada. Aliás, essas três questões são chave. Todo mundo já introjetou ciência e tecnologia e meio ambiente. Mas sempre pensamos na água como pertencente ao escopo do meio ambiente, e nós entendemos que valia a pena pensar a água separadamente, porque o bicho vai pegar nessa questão.

Além disso, os nossos parceiros quiseram trabalhar temas específicos, que diziam respeito ao *métier* deles. Por isso, está incluído o financiamento de longo prazo, que foi proposto pelo BNDES. Foi feita uma megaoficina para trabalhar esse tema. A PETROBRAS trabalhou a energia. A EMBRAPA montou a parte de bioeconomia. A UNESP trabalhou a paz, defesa e segurança internacional. A ANATEL fez a parte de tecnologias de informação e comunicação. A PREVI fez uma oficina sobre previdência.

O trabalho envolveu 17 oficinas, 3 pesquisas, questionários e levantamentos junto a especialistas, com 880 participantes.

Como eu falei, é preciso verificar as tendências. Nessas oficinas, nós levantamos 128 tendências, mas só conseguimos comprovar 60 delas. Nós



achamos que muitas coisas são tendências, mas na verdade elas são mais um desejo do que uma tendência. Se dissermos que em 2035 vai haver carro elétrico em tudo que é lugar, esse é mais um desejo do que uma tendência. Na verdade, é um desejo. Não há dados que nos permitam dizer que, em 2035, a matriz de transporte urbano vai estar basicamente fundamentada em carros elétricos. Não temos condição de dizer isso.

Então, das 128 tendências, nós conseguimos justificar, comprovar e demonstrar 61. Dessas 61, nós identificamos quais tinham verdadeira motricidade, isto é, capacidade de levar outras, e chegamos a 18 megatendências.

O mesmo aconteceu com relação às incertezas. Nas oficinas, nós levantamos cerca de 230 incertezas, e conseguimos justificar apenas 66. Essas 66 passaram por pesquisas junto a especialistas, e nós conseguimos tirar delas 40 incertezas críticas e 17 incertezas-chave. O que são as incertezas-chave? São perguntas, questionamentos que, pela sua relevância e pelo seu grau de incerteza, merecem ser elencados. Algumas incertezas não são tão incertas. Então, é importante que não tenhamos resposta para a nossa pergunta. Se houver uma indicação, ela não faz tanta diferença na construção dos cenários.

Quem faz a mudança? Quem a realiza? O ser humano. Os fenômenos considerados pela pesquisa são variáveis, mas quem faz a mudança é o ser humano. Entre os nossos parceiros, nós levantamos quais os atores mais relevantes para a mudança no País. Inicialmente, havia 44 atores, e chegamos a 18 atores mais influentes. Eu posso lhes citar alguns. O Parlamento é um dos atores mais relevantes. O Presidente da República, no sistema presidencialista, o Ministro-Chefe da Casa Civil e o Ministro da Fazenda são também exemplos de atores que têm, de fato, grande relevância, grande poder de mudança.

Eu gostaria de falar rapidamente das 18 megatendências. Se eu ficar falando de uma por uma, vou levar a manhã inteira.

A manutenção das mudanças demográficas diz respeito ao envelhecimento da população, mas não apenas a isso. Significa também maior participação da mulher na população economicamente ativa e redução do tamanho das famílias.

Haverá aumento dos anos de escolaridade da população. Nós não qualificamos essa assertiva, dizendo que assim a população vai estar mais



preparada. Não sabemos. Não temos noção se a qualidade do ensino vai acompanhar esse aumento do número de anos de escolaridade. Mas as pessoas vão estar, formalmente, mais educadas.

A manutenção da transição epidemiológica diz respeito a gastos com saúde. Se antes as pessoas não se curavam e morriam, hoje em dia, elas têm muito mais condição de fazer tratamento e de ser cuidadas ao longo do tempo. Essa variável tem muita relevância, porque diz respeito a dois fatores: o envelhecimento da população e a capacidade de cuidar dessa população. A união desses dois fatores faz os gastos subirem muito mais do que nós imaginaríamos. A escala é geométrica. Não apenas haverá mais pessoas vivendo por mais tempo, como também durante esse tempo será gasto muito mais dinheiro para que elas vivam.

A manutenção dos altos níveis de criminalidade e a sensação de insegurança é outra tendência que foi verificada.

Outra é a continuidade da insuficiência de investimentos em infraestrutura social e econômica. Isso significa que, ainda que o Brasil fique forte economicamente, ainda que o País tenha condição de receber investimentos, o déficit na sua infraestrutura social e econômica é tal que não será possível garantir a supressão desse déficit até 2035.

Aumento da razão de dependência na população. A razão entre o número de pessoas não ativas — até 15 anos de idade e acima de 65 anos de idade — e o número de pessoas potencialmente ativas vai crescer. Isso é um problema, claro, para a Previdência.

Manutenção do *gap* tecnológico brasileiro em relação aos países desenvolvidos. Nós podemos investir em pesquisa e desenvolvimento, nós podemos correr atrás, mas até 2035 o Brasil não vai estar no nível dos países desenvolvidos em termos de ciência e tecnologia.

As *commodities* agrícolas e minerais brasileiras continuarão sendo itens importantes da nossa pauta exportadora. Isso não é um problema, isso é uma grande vantagem. Meus colegas que me perdoem, mas eu sempre falo que a maior potência agrícola do mundo são os Estados Unidos. Então, o fato de sermos um ator relevante, de primeira grandeza, na segurança alimentar mundial é um grande benefício para o País, é uma coisa muito relevante, além de trazer divisas. O ideal é



que não dependamos disso, porque, se o valor das *commodities* cai, todos sabem o impacto que isso pode trazer para a economia do Brasil.

As Tecnologias de Informação e Comunicação — TICs continuarão modificando o comportamento da sociedade.

Os serviços continuarão a ser o principal setor da economia.

A demanda por energia vai continuar crescendo, e haverá uma série de iniciativas de eficiência energética. Entretanto, isso não nos permite dizer que não haverá problemas de colapso energético. Não podemos afirmar isso.

A bioeconomia vai ser um vetor de robustecimento e de dinamização da economia nacional. Tudo que diz respeito a carbono está relacionado à bioeconomia. O Edson Bolfe talvez possa falar um pouco mais sobre isso. Então, biotecnologia, combustíveis renováveis, materiais novos, indústria de cosméticos, indústria farmacêutica, tudo isso é bioeconomia.

Também continuaremos verificando uma crescente financeirização da economia, com concentração bancária.

Haverá aumento das tensões nacionais e internacionais pelo uso e conservação de recursos naturais.

Haverá aumento da pressão sobre os recursos hídricos em seus usos múltiplos. A água é usada pela agricultura, pela indústria e pelas famílias. Dada a sua escassez, haverá aumento na tensão com relação a esse uso, para decidir quem vai ter direito de consumir água.

As desigualdades sociais e territoriais continuarão sendo reduzidas, mas elas permanecerão elevadas. A dívida social e o nível de desigualdade social no País são tais que, ainda que esse processo continue, a sociedade não será satisfatoriamente igualitária.

Haverá aumento da urbanização sem a devida atenção às questões ambientais.

A participação e a fiscalização social continuarão pressionando a gestão pública.

Essas são tendências que nós garantimos que vão estar lá. E essas oito tendências fazem o contexto, o pano de fundo, para que possamos imaginar os nossos cenários, até porque em qualquer cenário elas vão estar presentes. Essas



são as megatendências, mas, além delas, tantas outras também vão estar presentes.

Eu tenho outras tendências, mas não vou mencioná-las, senão vou passar a manhã inteira falando. A Amazônia Azul é uma questão fundamental, além do crescimento do mercado de produtos derivados da bioeconomia. O aumento da consciência sustentável é uma tendência também.

Aqui estão algumas questões mais internacionais da área de inteligência. A questão da intensificação das atividades ilícitas transnacionais é um problema que nós não sentimos. Na verdade, nós não pensamos muito nisso. Nós brasileiros não temos o costume de pensar em defesa, em segurança internacional, mas essas são questões palpitantes. Elas não são palpitantes no debate do dia a dia da nossa sociedade, mas são questões relevantes e vão ser cada vez mais relevantes.

Há também o protagonismo dos países emergentes no sistema internacional, e por aí vai.

Eu não vou falar aqui sobre as incertezas. Talvez o Leandro queira falar sobre isso. Essas são as incertezas que nós colocamos para a avaliação de especialistas. Nós mandamos um questionário para 4.500 especialistas de vários setores e tivemos um retorno bastante grande: foram mais de 600 respostas. E o que nós pudemos perceber foi o seguinte: talvez tenha havido, realmente, um pouco de contaminação com relação ao momento pelo qual nós estamos passando, e nós percebemos, então, as pessoas um pouco pessimistas.

Elas não conseguem ver muito educação de qualidade para todos, justiça social e qualidade de vida nos centros urbanos. Os únicos pontos que nós colocamos e que foram identificados como possíveis, de fato, de acontecerem, são a questão da segurança, a resiliência do nosso sistema energético e a bioeconomia como propulsora do crescimento econômico. Esses especialistas — e foram muitos — conseguem ver esses dois aspectos e afirmam que, sim, é possível que nós tenhamos isso.

Observem em todos esses outros eventos o nível de incerteza das pessoas. Ninguém sabe dizer se vai acontecer ou se não vai acontecer. Nós vamos diminuir as nossas desigualdades? Ninguém sabe. Nós vamos ter um sistema de planejamento? Ninguém sabe. Nós vamos ter uma estrutura legal e tributária



adequada ao desenvolvimento? Ninguém sabe. E, ainda que ninguém saiba, o resultado abaixo de 50% indica que ninguém sabe, mas a maioria acha que não.

Nós elaboramos esses cenários com base em dois eixos ortogonais, e eu vou deixar para o Leandro falar sobre isso.

Esse cenário diz respeito basicamente ao fato de trabalharmos com a nossa economia tal como ela é, com os vetores tradicionais da economia: construção civil, petróleo, mas com uma preocupação com o resgate da dívida social. Então, o nome do cenário é Novo Pacto Social, mas ele está no quadrante da economia tradicional com o desenvolvimento social.

O cenário Vai Levando, infelizmente, é aquele em que ficamos tal como estamos. Então, nós temos a nossa dívida social, que eu chamo carinhosamente de barbárie social, junto com a nossa economia tal como ela está.

Aqui nós temos outro cenário, o Crescer é o Lema, de uma economia inovadora. Ou seja, há preocupação em se dar mais dinamismo à economia, mas o resgate da dívida social fica em segundo plano.

E, por fim, temos o cenário chamado Construção, no qual as coisas são tratadas concomitantemente. Isso significa crescimento menor no médio prazo, mas preparação para um futuro melhor para todos. Eu não vou falar dos cenários.

Essa é uma tabela que fizemos de comparação em cada cenário. Vou apenas dizer uma coisa que foi objeto de discussão entre nós, e graças a Deus eu venci. No cenário de maior crescimento, o Crescer é o Lema, a taxa de investimento em relação ao PIB é de 22% do PIB; no cenário Construção, que não é de tanto crescimento, essa taxa é 24%. Mas isso se dá porque temos que levar em consideração a formação bruta de capital fixo social.

Quando investimos em equipamentos de educação, não estamos garantindo maior produção, maior PIB — o PIB não vai crescer rápido —, mas estamos nos preparando para um crescimento de melhor qualidade lá na frente. E isso é investimento também. Talvez esse seja o aspecto mais curioso da nossa tabela comparativa.

Estou mostrando essa tabela a vocês, mas isso não está em lugar nenhum. Não colocamos isso no livro, não colocamos isso no sumário, não falamos sobre isso. Essa foi uma tabela de checagem, para nós mesmos.



Por fim, temos as potencialidades. O nosso País tem potencialidades que precisamos aproveitar. Temos o bônus demográfico, que ainda não acabou. O Brasil tem mais uns 15 anos de bônus demográfico. Temos amplo mercado interno. O País tem uma demanda potencial ainda grande. Já temos uma demanda efetiva grande e ainda existe a demanda potencial. Temos recursos naturais abundantes: a nossa bioeconomia, a nossa Amazônia Azul, que é o oceano. E há outras potencialidades.

E temos também alguns riscos: a fragmentação social, a fragilização do sistema de seguridade social, o problema da nossa educação, o retorno político de longo prazo. É difícil para os políticos, de uma maneira geral, pensar no longuíssimo prazo, que não vai afetá-los. Essa é uma questão a que os Parlamentares precisam estar atentos. Eles precisam pensar não apenas no curto prazo, que diz respeito à vida deles, mas também no que o ato deles... Como eu disse a vocês, o Parlamento é um dos atores mais poderosos que há. O Parlamentar precisa ficar atento às decisões que afetarão o País no longo prazo. Essa é uma questão que é preciso ser levada muito em consideração.

Bom, outros riscos são a nossa taxa de juros, o nosso arcabouço legal e tributário, a nossa baixa poupança interna — historicamente, temos baixa poupança interna —, a nossa vulnerabilidade externa, a nossa dependência tecnologia. Todos esses são riscos que identificamos.

Eu ainda teria mais alguma coisa a dizer, mas vou ficar por aqui mesmo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Agradeço ao Dr. Maurício pela aula. Ao Dr. Sérgio eu já tinha agradecido.

Passo a palavra ao Leandro Freitas Couto, Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento.

O SR. LEANDRO FREITAS COUTO - Primeiro, Deputada, eu gostaria de agradecer à Comissão o convite e de agradecer ao Deputado Hugo Leal, que esteve conosco no Museu do Amanhã, no lançamento do livro e do projeto. Ele já demonstrou ali, na conversa que tivemos, ser um homem preocupado com o planejamento, e isso para nós é uma questão muito importante.

Eu preciso me apresentar, obviamente. Eu sou Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento. Essa é uma



carreira que completou 30 anos no dia 23 de julho de 2017 e que não tem regulamentação. Estamos lutando por isso. Já tivemos quase 2 mil cargos na carreira. Hoje, nós temos 750 cargos, dos quais 200 estão vagos. Tivemos recentemente um concurso que fez com que ingressassem na carreira quase 80 pessoas. Mas, no período entre o lançamento do edital e a posse das pessoas, aposentou-se mais gente do que isso. Então, o concurso não deu nem para reposição. Nós temos uma turma de 40 pessoas aprovados no concurso ainda para entrar. Nós estamos lutando para que isso aconteça e contamos com o apoio desta Casa para que consigamos fortalecer o planejamento no País, porque essa é a nossa preocupação.

Eu gostaria de fazer essa introdução para contar um pouco qual foi a história desse projeto.

Ainda em 2014, nós fizemos um curso, enquanto servidores de planejamento e orçamento, com a Elaine, que era a Coordenadora Técnica desse projeto. E nós apresentamos, Deputado, ao Ministério do Planejamento uma proposta pela qual o Ministério usaria cenários prospectivos para alimentar o seu planejamento de médio prazo, o Plano Plurianual. Não fomos bem-sucedidos nessa sugestão. O Ministério não quis.

Eu quero chamar a atenção dos senhores e das senhoras para o fato de que, entre essas instituições que o Maurício apresentou como partes do processo, o Ministério do Planejamento não aparece, não está. Nós estamos vivendo um período de fragilização do planejamento, e isso não é coisa deste Governo, é bom dizer. Isso vem de anos. Mas devo dizer que se intensificou, sim, neste Governo, com o fim, por exemplo, da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Há agora uma assessoria econômica que faz as vezes daquele antigo órgão.

E há de se reconhecer que houve uma mudança brusca de Governo. Não quero fazer nenhum julgamento de valor com relação à direção que o Governo vem tomando, mas é de se estranhar que não tenha passado por esta Casa uma revisão robusta do Plano Plurianual. O Governo está retirando da sociedade e do Parlamento a oportunidade de opinar acerca das suas metas de médio prazo. Acho que o próprio Deputado falou sobre isso. Nós só discutimos meta fiscal. E as outras metas? E a integração das políticas públicas? Nós não discutimos mais isso.



Portanto, nossa carreira, que tem como missão trabalhar o planejamento e o orçamento, resolveu não se contentar com esse “não” do Governo, foi atrás e bateu à porta de várias instituições. E tivemos ampla receptividade em várias delas. O IPEA, então, constituiu essa equipe. A Elaine coordenou o projeto desde o início. A Elaine infelizmente hoje não está mais na equipe. E também, como houve uma reorientação no IPEA, precisamos rediscutir agora como vai ficar o projeto.

Como o Embaixador Sérgio disse, 29 instituições participaram desse projeto, discutindo as várias fases comentadas pelo Maurício: as tendências, as incertezas, etc. E isso deu um caldo para os quatro cenários que gostaríamos de apresentar agora. E aí, em seguida, eu tecerei alguns comentários sobre eles.

Por favor, Mauro, vamos passar os vídeos dos cenários prospectivos, que apresentam esses quatro cenários a que o Maurício se referiu. Nós fizemos um vídeo ilustrativo.

Eu queria dizer também, Deputada, que trouxemos alguns exemplares do livro e vários exemplares do sumário executivo, que têm uma leitura mais enxuta para as assessorias e para os Deputados que tiverem interesse. Vamos deixá-los à disposição da CMO, para que distribua entre os seus membros.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Obrigada.

O SR. LEANDRO FREITAS COUTO - Vamos dar uma olhadinha no cenário e, depois, farei os comentários.

(Exibição de vídeo.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Como eu sou parlamentarista, eu quero quatro. *(Risos.)*

O SR. LEANDRO FREITAS COUTO - A construção desses vídeos também foi uma ideia para deixar a comunicação do projeto um pouco mais fácil e mais atrativa. Poucas pessoas leem um livro de 200 a 300 páginas, mas conseguem ter acesso ao vídeo, que está disponível para todos no Youtube, na nossa página brasil2100.com.br — que é a página do projeto —, e na página da ASSECOR. Vamos deixar aqui também na CMO esse material.

Fazer isso pela ASSECOR, sem o apoio do Ministério do Planejamento, é também para nós motivo de grande orgulho. Nós conseguimos fazer isso. Na condição de representante da categoria — e até por conta disso —, eu não posso



deixar de falar a respeito das medidas de Power Point que o Governo anunciou na terça-feira passada, sem nenhuma substância técnica, sem nos mostrar qualquer estudo, e que atacam o servidor público.

Para nós, enquanto servidores de carreira, que estivemos à frente desse projeto e tocamos isso, é um acinte ouvir isso do Governo, ouvir que não é preciso carreira, que não é preciso ter uma carreira especializada em planejamento e orçamento.

Bom, para um Governo que acha que não precisa planejamento, talvez isso faça sentido, mas, para o Estado brasileiro, eu tenho certeza de que não faz.

Eu gostaria de comentar alguns pontos desses cenários que chamam atenção. Primeiro, uma questão geral que aparece em todos eles é a de que é preciso superar essa divisão vigente na sociedade brasileira hoje.

Todos os cenários tratam desse assunto. No Cenário Vai Levando, esse ambiente de conflito permanece.

No Cenário Novo Pacto Social, nós só conseguimos dar um salto, quando esse ambiente chega a ser radicalizado. Há uma marcha por direitos, em 2019, e nós conseguiremos superar.

No Cenário Crescer é o Lema, isso não é superado, conseguimos um crescimento; esse crescimento vai, de certa forma adiando o conflito, mas ao final do período estamos prestes a um momento de guerra civil talvez.

Já no Cenário Construção, só conseguimos avançar porque houve um grande acordo nacional. Então, essa é uma base à qual temos de dar atenção, para evitar ou superar esse radicalismo, essa conflagração, para haver diálogos racionais e debates públicos decentes e não baseados apenas em Power Points vazios, para seguirmos, enfim, em direção à construção de um país um pouco mais decente.

E eu queria passar, então, informações sobre alguns setores, algumas áreas, para destacar alguns pontos naquelas quatro dimensões que o Maurício pontuou.

São quatro dimensões e eu gostaria de passar algumas questões que são chave para alcançarmos um cenário ou outro.

Primeiramente, do ponto de vista institucional, nós teremos um sistema de planejamento que alinhe curto, médio e longo prazos? Isso nos parece a chave. No Cenário Construção está claro que tivemos isso. Nos outros, como no Cenário Vai



Levando, não há planejamento. Trata-se de um planejamento de curto prazo, para apagar incêndio.

Qual será o tamanho da reforma do sistema político brasileiro? Essa é outra questão que aparece. Houve reforma no Cenário Vai Levando, houve reforma em todos, mas o tamanho da reforma varia, a ponto de termos um cenário que tem um regime parlamentarista. Qual é a reforma política que vamos conseguir desenvolver até lá? E isso pode sim afetar o nosso futuro.

Nós teremos um arranjo federativo de maior cooperação? Os Estados e Municípios terão condições de desenvolver as políticas públicas sob sua responsabilidade? Haverá mais iniciativas de fragmentação territorial, criação de novos Estados, criação de novos Municípios, movimentos separatistas? Como isso vai evoluir nos próximos 20 anos?

Outra questão importante que aparece é a seguinte: como funcionará o Estado brasileiro em relação à burocracia, aos serviços públicos? O Governo vai passar mais responsabilidade para as entidades da sociedade civil ou o Governo ainda tentará desenvolver e terá condições de financiar a oferta dos serviços públicos? E como será o acesso a isso?

Por fim, uma questão que também aparece em vários cenários é a questão que nós encaixamos na discussão institucional: qual será o nível, como será a dedicação do Brasil à questão da integração sul-americana? Isso também é algo que varia de cenário a cenário e pode alterar de fato os rumos que podemos ter.

A outra dimensão é a territorial. Aí há algumas questões que se revelam como mais importantes. Do ponto de vista do meio ambiente, nós vamos ter um sistema de gestão hídrica eficiente? Hoje parece que há grandes falhas. Nós vivemos crises hídricas aqui, no Distrito Federal, por exemplo, e houve uma recentemente em São Paulo. Essas crises hídricas se repetem. Como vai ser o sistema de gestão dessas crises hídricas?

O Maurício falou sobre a grande tendência que é a exportação de *commodities* ou a manutenção das *commodities* na pauta exportadora brasileira, do ponto de vista do agronegócio. Nós temos outro reflexo que são as pressões do agronegócio sobre o meio ambiente e gestão do território. Então, isso pode ter algum impacto, e nós precisamos estar atentos a essas questões.



Outra coisa que o Maurício já comentou é com relação à infraestrutura urbana. Nós vamos ter uma infraestrutura urbana capaz de garantir a qualidade de vida nas nossas cidades? A questão da violência nas cidades parece que é uma questão importante. Nós temos uma tendência de manutenção dos altos índices de violência e uma incerteza específica com relação à população negra e jovem, que hoje é vítima de um genocídio. Nós vamos conseguir segurar isso ou vamos conseguir atacar esse problema? E quanto às desigualdades regionais, em alguns cenários, há persistência e aprofundamento dos desequilíbrios regionais no País. Em outros, isso é de certa forma mais equilibrado.

Do ponto de vista da dimensão econômica, a grande questão é se vamos conseguir desenvolver uma economia inovadora ou vamos nos manter dependentes dos setores tradicionais. Em quais setores vamos apostar enquanto Estado, enquanto sociedade? Como o Maurício já apresentou, nós fazemos discussão sobre PIB, taxa de investimento, taxa de juros, mas há outras questões que são tão importantes quanto essas. Nós vamos conseguir implantar uma reforma tributária que diminua a regressividade do atual sistema? Como será o desenvolvimento dos nossos sistemas logístico e de energia? O Maurício já falou que isso é uma incerteza. Os investimentos vão ser suficientes nessa área? Nós apontamos uma incerteza, e há muitos que estão dizendo que não serão suficientes. Então, como vai se dar o desenvolvimento da infraestrutura no Brasil? Quais serão os setores mais destacados?

Nos vários cenários, nós destacamos alguns setores. Os senhores puderam perceber isso. A base industrial de defesa é um; a indústria de saúde é outra. Nós vimos a FIOCRUZ — Fundação Oswaldo Cruz, como um importante ator desse sistema, apareceu num dos cenários; a questão de fármacos, bioeconomia, TICs — Tecnologia da informação e Comunicação.

O Edson Bolfe vai falar um pouco da questão da bioeconomia e detalhá-la sob o ponto de vista da EMBRAPA, como é que se desenvolveu uma cena específica dentro do cenário para o setor.

E por fim, mas não menos importante, a preocupação é se o Brasil vai conseguir aproveitar as oportunidades no sistema internacional, que está em transição, e qual será a participação do Brasil no comércio internacional.



Então, são essas as grandes questões do ponto de vista da dimensão econômica que nós já logramos êxito em vários cenários e que, dependendo da resposta de cada uma delas, estaremos caminhando para uma direção ou outra.

E do ponto de vista social, há outras questões que se revelam importantes. A população terá acesso a serviços sociais de qualidade? Aquilo que eu falei com relação ao Estado, a importância da burocracia, se vai ser mais profissionalizado ou não, aqui, eu falo do ponto de vista do acesso. Qual a importância que o Estado brasileiro — ou os Governos — vai ter na oferta dos serviços? Vai passar isso para entidades, para Igrejas, como alguns cenários apresentam e como já acontece em alguns setores hoje? Vai ampliar esse processo? Então, a questão é como garantir que o acesso seja igual para todos.

A questão de direitos humanos e minorias é uma questão importante, principalmente do ponto de vista de violência. Alguns cenários apontam o recrudescimento, o fortalecimento de violência contra minorias. Estamos falando de LGBTs, população negra e mulheres também.

Sobre a qualidade da educação, o Maurício levantou aqui que há uma tendência que aumentemos os anos de estudo, mas, com relação à qualidade, isso não está claro.

E por fim o regime previdenciário. Como vai ser o regime previdenciário? Em um cenário, os senhores viram que ele chegou a falar em aposentadoria, salvo engano, com 68 anos; em outros, 65 anos. Então, nós vamos contando histórias que sejam coerentes com regimes previdenciários diferentes em cada um dos cenários. E isso vai nos levando para um ou para outro.

Além disso, foram apresentados alguns Cenários Cisnes Negros. Nesse tema o Maurício não tocou, eu vou só passar alguns exemplos de questões que não são previsíveis, mas que podem surgir e mudar bastante, de forma profunda, o rumo das coisas. Inclusive — e por que não? —, podem reverter algumas tendências de peso.

Então, quando falamos em haver uma pandemia ou uma epidemia muito forte, isso pode reverter a alguma tendência de peso, por exemplo, de envelhecimento da população. Um conflito mundial ou uma guerra civil nos Estados Unidos são questões difíceis de prever, porém, se acontecerem, mudam substancialmente o rumo das coisas que nós vínhamos prevendo.



Então, cito como exemplos algumas questões tais como: a cura da AIDS e/ou do câncer, que, se descoberta por cientistas brasileiros, pode nos colocar em outro patamar do ponto de vista de ciência e tecnologia; uma pandemia ou grave epidemia no Brasil; o protagonismo do setor privado para o desenvolvimento econômico; a uberização financeira; nova estrutura político-partidária; novo sistema de governo no Brasil — isso muda muita coisa; a fragmentação do sistema internacional; crise política e econômica nos Estados Unidos — imaginem os impactos disso; o fim da União Europeia e do MERCOSUL e guerras em proporções mundiais. Esses são alguns elementos para os quais nós alertamos as pessoas. Se acontecerem, muita coisa pode mudar. Enfim, não é impossível que isso aconteça.

Eu queria terminar por aqui, fortalecendo que esse projeto, esse produto é fruto de uma parceria — não me eximo de dizer — em que a ASSECOR teve sim uma participação importante, mas o IPEA teve uma participação fundamental. Foi a Elaine quem conduziu, e o Márcio Gimene, nosso Presidente anterior, foi quem idealizou o projeto. Ele está aqui presente também e precisa ser mencionado. Mas não só esses, havia e há ainda uma rede prospectiva no Brasil que é composta por pessoas e instituições que acreditam no planejamento de longo prazo. E nós estamos entre elas.

Eu gostaria de convidá-los, convidar a CMO e o Congresso Nacional a se somarem ao esforço de fortalecimento do planejamento, porque, do nosso ponto de vista, estamos vivendo um momento muito delicado no planejamento do Brasil. Precisamos estar atentos para isso, porque o planejamento ou um sistema de planejamento robusto não serve só a um governo ou a uma linha de pensamento econômico, ele serve ao Estado. E qualquer governo que entrar no Poder Executivo vai precisar de um sistema de planejamento e orçamento robustos. É por isso que nós estamos brigando.

Muito obrigado a todos e todas. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Obrigada, Leandro, pela participação hoje.

Agora passamos a palavra ao Dr. Edson Bolfe, Coordenador de Inteligência Estratégica da Secretaria de Inteligência e Macroestratégia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA.



V.Sa. dispõe de 30 minutos.

O SR. EDSON BOLFE - Bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer à CMO pelo convite, na pessoa da Presidente da Mesa, a Deputada Laura Carneiro, e do nosso amigo Deputado Hugo Leal.

Agradeço também ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA por ter participado desse processo, que tem sequência agora com o Sérgio, mas que teve início na outra diretoria, com os colegas Maurício e Elaine, que convidaram a EMBRAPA a participar desta cena de bioeconomia; e à Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento — ASSECOR pela possibilidade de participarmos de um projeto tão importante.

Inicialmente, eu gostaria de enfatizar que a EMBRAPA é o resultado de um planejamento estratégico. O primeiro ponto é esse. Ainda na década de 70, o Brasil importava mais alimento do que exportava. Havia um déficit nas décadas de 60 e 70. Na época, então, o Governo se organizou e fez o planejamento estratégico de uma empresa que poderia apoiar a agricultura nacionalmente. A EMBRAPA foi, portanto, o resultado desse planejamento estratégico de longo prazo.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vou falar da nossa cena vinculada a esse processo, a bioeconomia — o termo é um pouco recente aqui no Brasil, mas já bastante consolidado na Europa. A bioeconomia surge num contexto de necessidade de se aumentar a oferta de alimentos, em função do crescimento da população mundial.

Basicamente, a população mundial tem crescido e ainda estará numa taxa de crescimento até 2050, 2060, dependendo das condições. E a demanda por alimento, e alimento saudável, frente ao desenvolvimento sustentável dos países está pautada nesse aumento populacional.

Um detalhe no qual a EMBRAPA vem trabalhando em estudos nos chama a atenção. Como eu disse, a EMBRAPA foi resultado de um planejamento estratégico e continua fazendo seu planejamento estratégico. Nós trabalhamos com estudos específicos sobre áreas do setor agrícola e também vinculados à agroindústria — estamos cada vez mais próximos do setor produtivo —, e o resultado dessas ações está vinculado a esse tema de bioeconomia, por meio do qual nós analisamos todo o ambiente.



Hoje há demanda por alimento, energia e fibras, com atenção de todos os países cada vez mais para a questão ambiental. Basicamente, há duas importantes condições. O hemisfério sul como um todo teve, nos últimos 20 ou 30 anos, um crescimento econômico bastante elevado. Ao mesmo tempo, esse crescimento econômico mudou o padrão de consumo. O hemisfério sul tinha um padrão de consumo baseado em carboidratos — farinhas e grãos —, mas esse padrão de consumo, associado ao crescimento econômico, passou a ser vinculado à proteína animal: carnes, leite, iogurte, queijos, ovos.

Isso por si só parece que não faz grande diferença em termos de produção agrícola, mas faz bastante, porque são necessários de 5 a 10 quilos de proteína vegetal para se produzir 1 quilo de proteína animal, ou seja, o maior consumo de proteína animal automaticamente demandou maior produção vegetal em grãos: soja, milho, trigo e outros. Resumidamente, esse é um contexto em que há uma demanda maior por produtos, o que tem uma relação com o meio ambiente e o seu desenvolvimento sustentável.

Daí vem a pergunta: o que consideramos bioeconomia? Basicamente, a bioeconomia é a adição de valor, por meio da transformação da biomassa, que envolve bioprodutos, ou seja, tudo que há em relação a recursos naturais: alimentos, fármacos, cosméticos, fibras, produtos industriais, bioenergia, etc.

No mundo, esse setor já se encontra bem estruturado. Na Europa, há estatísticas detalhadas sobre o tema. Hoje essa lógica de bioeconomia envolve aproximadamente 2 a 3 trilhões de euros por ano. Nos Estados Unidos, as estatísticas começam a ser organizadas, mas esse conceito chega em torno de 50 bilhões de dólares. No Brasil, nós ainda não temos um sistema de estatística específico da bioeconomia, mas a EMBRAPA está buscando organizar isso. Como exemplo, o setor da cana-de-açúcar, que envolve principalmente o etanol e faz parte da cadeia, gera 113 bilhões de reais por ano, o que envolve aproximadamente 1 milhão de empregos diretos e indiretos, só nesse setor da bioeconomia. E o Brasil, em função dos bioplásticos, biofármacos, biocosméticos e biofibras, tem condições de elevar muito o seu potencial até 2035.

Quando falamos em bioeconomia, falamos do processo envolvendo a biotecnologia, a genômica, a biologia sintética, a bioinformática, a engenharia



genética — não vou detalhar o assunto em função do tempo —, que são áreas de convergências estratégicas, áreas de ponta em ciência e tecnologia. O Brasil já vem trabalhando nessas áreas, mas, se não houver mais investimento em relação a isso, nós não teremos um cenário de manutenção do País dentro dessa condição nos próximos anos.

Uma lógica que buscamos na bioeconomia é sair do padrão de economia linear, em que se tem o uso do recurso natural, com a produção, a distribuição, o consumo e o desperdício, para uma economia circular, com a produção, a distribuição, o consumo e o retorno de parte para a economia, baseada principalmente nos recursos naturais da biodiversidade brasileira.

Poderíamos citar inúmeros exemplos de áreas em que o Brasil já vem trabalhando. Eu localizei aqui três ou quatro delas, apenas para exemplificar. Por exemplo, a cana-de-açúcar no processo de produção do etanol, que já está vinculado à segunda geração. Além do próprio processamento industrial vinculado ao etanol celulósico da segunda geração, a cana também serve para produzir ração animal, compostos químicos, biopolímeros e bioplásticos.

A EMBRAPA vem desenvolvendo parcerias. Uma delas é com a Universidade de Brasília — UnB. Trata-se de uma proteína do café que está bastante vinculada à morfina. Já existe também uma parceria com a EMBRAPA vinculada à proteína da soja, para fins de medicamentos específicos contra a AIDS. Então, esses são produtos, dentro desse processo de produção agrícola, que têm envolvimento e agregação de valor.

O sistema Integração Lavoura-Pecuária-Floresta faz parte desse conceito, em que, em uma mesma área agrícola, não se produz só uma safra ao ano, mas três safras ao ano. Nesse sistema, você produz soja, milho e outros tipos de grãos, também produz pasto para a pecuária e, ao mesmo tempo, ao longo dos anos, há a produção florestal. Isso tem crescido bastante, principalmente para atender a demanda de exportação vinculada a produtos com valor agregado. Esse conceito também envolve a marca Carne Carbono Neutro, que é a agricultura de baixo carbono. Então, toda essa demanda faz parte da bioeconomia.

Vou falar especificamente sobre as nossas cenas em bioeconomia. No início do ano passado, há um ano e pouquinho, durante o projeto, fizemos uma oficina



específica — inclusive, o Dr. Maurício, presidente da EMBRAPA, esteve na abertura da oficina — para convidar empresas, associações, a academia, pesquisadores e diferentes entes do Estado a levantar as tendências e também as certezas desse setor para os próximos anos.

Basicamente foram discutidas cinco grandes áreas dentro da bioeconomia: marco regulatório e políticas públicas; investimentos em ciência e tecnologia, recursos humanos e infraestrutura; estratégia e investimentos empresariais; recursos naturais e meio ambiente; e mercados e tendências de consumo.

Só acrescento um detalhe à questão dos mercados: o consumidor hoje está mais empoderado. O consumidor está mais consciente da sua condição legal, mas também tem consciência ambiental. Hoje ele tem uma preocupação bastante forte com o bem-estar animal, com a nutrição relacionada à saúde. Então, tudo isso é abordado dentro desse aspecto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Dr. Edson, no plenário, nós estamos começando uma votação nominal. O Deputado Hugo até já foi votar, para depois me substituir, mas acho importante que ele participe de toda a audiência. O Deputado Pedro Fernandes e eu temos de votar também. Talvez o ideal fosse suspender esta reunião por 3 minutos, que é o tempo de votar e voltar.

Deputado Pedro, o que V.Exa. acha? Tenho medo de encerrar a votação. A votação já começou, mas não sei se o painel abriu. *(Pausa.)*

O SR. EDSON BOLFE - Deputada, fique à vontade para decidir. Eu estou à disposição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Deputado Pedro, o que V.Exa. acha?

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Para mim, tanto faz. Eu só queria aproveitar essa parada para dizer que, há uns 10 anos, eu estive na China. Em uma universidade de lá nós perguntamos o que eles conheciam do Brasil. Eles responderam: *“Ronaldinho Gaúcho e EMBRAPA”*. *(Risos.)*

E isso não ocorreu só em um depoimento, mas em vários.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Dr. Edson, nós voltamos em 3 minutos.

Está suspensa a sessão.



(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Está reaberta a sessão.

Devolvo a palavra, com as nossas escusas, ao Dr. Edson Bolfe.

O SR. EDSON BOLFE - Obrigado. Estamos aqui à disposição.

Retomando. Para entender um pouco desse ambiente da bioeconomia, dentro dos próximos cenários nós buscamos fazer essa cena específica focando em alguns atores. Como comentei, esse é um conceito que no Brasil está em evolução, porque o que fazemos é bioeconomia como uma forma geral.

Houve um evento específico envolvendo a bioeconomia, com atores do setor produtivo, com a academia, e lá tiramos algumas das tendências principais do setor para os próximos anos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui são destacadas as principais tendências, que estão em ordem não por importância, mas simplesmente por organização da informação. A primeira grande tendência é o aumento da pressão pelo uso dos recursos naturais no Brasil.

Com toda essa potência agrícola que o Brasil tem em termos de produção e exportação, 60% do País ainda se mantém dentro de uma condição natural, principalmente na Amazônia e no Cerrado. Alguns números destacam-se aqui. Quando nós falamos em agricultura de grão, que é aquela agricultura de larga escala, estamos falando de 7% do País. Então, tem que se tomar bastante cuidado com aquele discurso que muitas vezes vem de fora, de que o Brasil é um predador de recursos naturais, porque os interesses são diferentes daquela nossa soberania em termos de alimentação econômica.

Quando se fala em parte de floresta, que são as florestas plantadas — eucalipto, pinus, acácia-negra, que dão a celulose, o papel, esta nossa mesa e outros tantos materiais —, isso corresponde em torno de 1% da cobertura do País.

Quando se fala na parte dos hortifrútis, ou seja, toda essa questão das hortaliças, fruticultura, uva, maçã, manga, todo esse processo, isso corresponde em torno de 2%.

Então, se eu somar os 7% de agricultura de grãos, o 1% de floresta e os 2% de hortifrútis, chega-se aos 10% do País utilizados para agricultura, que é a base da bioeconomia.



Temos, sim, uma grande área de pecuária. Em torno de 20% do País são destinados à pecuária, que são os pastos. Essa parte de pastagem é uma base importante, e por isso a EMBRAPA faz todo um trabalho de parcerias para recuperar grande parte das pastagens que estão degradadas, pois em torno de 50% a 60% das pastagens estão com algum nível de degradação. Então, o objetivo é colocar essas pastagens dentro do setor produtivo, seja o agrícola ou o próprio pecuário e o florestal, e ir agregando.

Assim, somando toda a área agrícola, pecuária e florestal, nós chegamos a 30% do País. Outros 10% correspondem à parte da infraestrutura, indústria, áreas litorâneas e todo esse contexto, e os outros 60% — para completar os 100% — correspondem justamente a essas áreas ainda naturais, tanto do Cerrado como da Amazônia.

Esse é um dos principais aspectos em relação ao aumento da pressão, que vem pelo consumo, vem da parte externa.

A segunda grande tendência é o aumento de tecnologias que otimizam o uso da terra. O que é isso? O meu pai é agricultor. No passado, na Região Sul do País, o agricultor plantava uma safra e, no restante do ano, deixava a área em pousio. Hoje, com as tecnologias de plantio direto — e o Brasil é inovador em relação a isso —, em 60% das lavouras, na agricultura brasileira, plantam-se duas safras no mesmo ano, sem irrigação. É importante a questão da água. Nós temos condições de plantar duas safras no mesmo ano, no mesmo local, sem demandar por expansão em novas áreas florestais. Isso se chama intensificação agrícola, intensificação da produção. Hoje, esse é o grande diferencial do Brasil.

Estávamos conversando com o Embaixador no intervalo. Na década de 70, ele mesmo ouviu de um adido americano no Brasil: *“Esqueça-se de pesquisar soja no Brasil”*. Essa foi uma das dicas que o Governo recebeu. Mas foi justamente quando mais se pesquisou. E, ao longo desses últimos 40 anos, tivemos condição de ter esta produção: soja/milho, soja/algodão, soja/sorgo, com duas safras por ano.

Tem sido crescente o número de tecnologias que otimizam o uso da terra, e a integração entre lavoura, pecuária e floresta é um dos exemplos mais recentes. É aí que nós tendemos a ter mais potencial para os próximos anos. A ideia é não só investir em um processo de substituição, em que se planta uma safra, se colhe e se



planta outra, mas plantar tudo junto. É lógico que isso não acontecerá em todo o Brasil. Mas poderá ser feito em grandes áreas. Já temos 11 milhões e meio de hectares nesse sistema. É um número bastante considerável.

Aumentou a pressão por regulamentação, por certificação, para a sustentabilidade. Temos que lembrar que já somos 200 milhões de habitantes. Acho que foi o Maurício que falou da questão do consumidor mais unitário. Cerca de 8 milhões de pessoas moram sozinhas no Brasil. Eu sou um exemplo: moro sozinho em Brasília, e não quero deixar de consumir um alimento de qualidade, seja ele de origem animal ou vegetal.

Há uma demanda por consumos mais sustentáveis, por exemplo, a miniaturização de alimentos, no caso de vegetais, melancia pequena, abóbora pequena. É difícil comprar uma melancia grande, e muita gente não gosta dela cortada. Todo esse processo gera agregação de valor. A melancia pequena, por exemplo, para o produtor, é muito mais bem paga que uma melancia grande. Portanto, são formas de agregar valor em cima da certificação, com sustentabilidade. Essa é uma tendência forte.

Há a questão das embalagens. Agora, nós estamos na fase dos ovos vendidos em embalagens com 6 unidades — já existem embalagens de 4 unidades. Antigamente, eram de 36 unidades. Eu lembro que, quando eu era pequeno, meu pai comprava os ovos, e eles quebravam no carro. Depois, passou para 24, 12, 10, 6. E, esses dias, no supermercado, em São Paulo, tive uma surpresa: embalagens com 4 ovos. São 4 ovos embalados — nós brincamos com isso. E aquele ovo embalado tem agregado muito à ciência e à tecnologia, baseado em sua produção, mas muito associado à questão orgânica também, a alimentos orgânicos, que não são, necessariamente, de origem vegetal. A ave, por exemplo, come esses alimentos para poder produzir.

Importante falar também da permanência petroquímica, que influencia investimentos na bioindústria. Ainda estamos na era do petróleo — ainda é uma tendência bastante forte. Existe, lógico, principalmente na Europa...

Foi apontada a questão dos carros elétricos. Se nós analisarmos as últimas patentes de hidrogênio disponíveis nas bases internacionais — e nós já fizemos essa análise também —, perceberemos que as grandes multinacionais de carro



asiáticas é que estão guardando essas patentes. As multinacionais americanas não estão tão preocupadas neste momento, pelo menos não estão, entre aspas, “preocupadas”, em função ainda dessa base. As patentes estão vindo das indústrias de veículos da Ásia.

Outra grande tendência é o aumento do investimento em bioindústria. O Brasil tem, sim, tido certo investimento em indústria, ainda que tímido. Há essa lógica de se agregar mais valor pela bioindústria, principalmente vinculada a cosméticos. Não vou citar nomes, mas há, inclusive, lojas de algumas marcas nacionais na Europa, principalmente de produtos cosméticos, baseadas na bioindústria. Isso agrega muito valor.

Podemos pensar em uma escala mais local, com produtores de regiões específicas. Eu estava falando disso também no intervalo. Há pouco, tivemos agregação de valor através da certificação de origem do mel pantaneiro.

O Brasil possui hoje em torno de apenas 60 produtos registrados no INPI — Instituto Nacional da Propriedade Industrial com alguma forma de denominação de origem. Há 240, mais ou menos, na fila. Na França, são mais de 20 mil registros. É o outro extremo.

Isso tudo é agregação de valor e envolve a bioeconomia. Com isso, pode-se exportar não em vários contêineres, em navios, mas em um contêiner. Pode-se ter um contêiner de produto de valor agregado que equivaleria a um navio inteiro de algum produto não processado.

Há a questão do aumento da remediação ambiental de resíduos, que envolve legislação ambiental. É uma questão natural. Tanto na área de indústria quanto na área agrícola, isso tem crescido, principalmente influenciado pela questão da qualidade da água e do solo. Essa é uma preocupação bastante grande.

É importante observar o aumento das parcerias entre setor público e privado para investimentos em C&T. Ontem mesmo, discutimos na Casa ao lado, no Senado, a questão da ciência e tecnologia na área agrícola e a importância do investimento das empresas privadas. O Governo mantém, sim, salários, estrutura, investimento. Mas é importante que a iniciativa privada esteja cada vez mais presente.



Na China, para vocês terem ideia, 70% do recurso de investimento em ciência e tecnologia vêm da indústria privada, em parceria com o governo, que orienta, faz o planejamento das áreas. A indústria vai junto com o governo. Isso é bastante importante.

Atualmente, no Brasil, vivemos uma tendência: a insuficiência de investimentos em infraestrutura e tudo aquilo que vimos discutindo.

Neste eslaide, há algumas incertezas levantadas pelo grupo. Como o Maurício comentou, na metodologia, as incertezas são perguntas.

A primeira grande incerteza trabalhada na bioeconomia é esta: os acordos internacionais serão mais mandatórios ou se manterão como metas voluntárias? Isso envolve a questão ambiental e de protecionismo. O ambiente regulatório e a coordenação das políticas públicas criarão atratividade para a bioeconomia? Qual é a certeza ou incerteza relacionada a isso?

O suprimento de biomassa será suficiente e competitivo, viabilizando a bioeconomia? Essa é a parte produtiva. A bioeconomia substituirá significativamente o petróleo em termos de matéria-prima ou serão complementares?

Haverá uma estratégia de formação profissional para suprir a demanda do segmento? E, aí, abro um parêntese. Na educação brasileira — isso é apontado nos cenários gerais também —, no que se refere à área agrícola, tem havido cada vez mais cursos. Há, inclusive, os institutos federais. Existe, atualmente, uma rede bastante importante. Só que, na área da bioeconomia, não buscamos um perfil que seja especificamente de um engenheiro agrônomo ou florestal, de um zootecnista ou de um veterinário. Buscamos perfis de atuação mais complementares, com olhar social, econômico e de mercado, que sejam de interesse para aquele local. Então, isso independe da formação; depende, sim, do perfil.

Há pouco tempo, havia aquela máxima no meio rural: *“Se você não estudar, meu filho, você vai trabalhar aqui na roça”*. Hoje, o conceito é diferente: *“Se você quiser trabalhar aqui na roça, vai ter que estudar e voltar aqui”*. Hoje, é bastante diferenciado o perfil no meio rural, com toda essa transformação.

E, aí, vem a questão da transformação digital: são os drones, são as imagens de satélites. Hoje, para se manter no mercado agrícola, na área de bioeconomia, existe a demanda, sim, de muita ciência e tecnologia, de muito ensino. Daí que o



papel do Congresso, falando especificamente da Câmara, é bastante importante nessa relação, nesse processo.

Este eslaide traz uma questão que já foi um pouco comentada: a relação entre as universidades e os institutos de ciência e tecnologia e empresas. A nova Lei das Estatais está sendo ainda digerida, vamos dizer assim, nas diferentes instituições. A grande certeza é: essa relação viabilizará mesmo uma inovação para a bioeconomia no futuro.

Outra grande incerteza: haverá investimentos públicos e privados? Como destacamos, não dependemos só de investimento público, mas também de um investimento privado adequado em ciência e tecnologia até 2035.

A maior oferta e demanda por biomassa pode garantir a sustentabilidade da bioeconomia? Haverá aceitação de novos produtos da bioeconomia com novas tecnologias? Era essa a questão do produto que eu estava comentando. O mercado consumidor nacional — não esqueçamos que são 200 milhões de pessoas — está mais empoderado, conhece mais os seus direitos, tem condição de saber, por meio das redes sociais, se determinado produto foi ou não bem aceito anteriormente. Compra-se muito por isso.

E a última das principais incertezas: o Brasil terá competitividade nos produtos da bioeconomia de forma diversificada?

Praticamente todos conhecem as principais *commodities* de exportação do Brasil: soja, milho — que são os grãos —, carnes, tanto de frango quanto de bovinos e suínos, açúcar, café, suco de laranja, que é bastante importante. Mas, hoje, no País, se produzem mais de 300, 400 espécies diferentes.

Alguém que se depare com uma área plantada de gengibre, se perguntará: “*Por que se planta gengibre?*” A demanda pelo gengibre hoje é muito grande. Dei esse exemplo, mas poderia ter dado outros. O gengibre é usado tanto para fins medicinais quanto na alimentação. O consumo de gengibre no Brasil e no mundo tem crescido. Aí, pergunta-se: existe produção de gengibre em larga escala? Sim, existe. Falamos da pequena escala. Mas, para o produtor, é importante uma produção em uma área de cerca de 5, 10, 15 hectares de gengibre, porque há o foco.



Falamos do grão de bico. Hoje está sendo colhida a primeira área de grão de bico do entorno de Brasília — quase 900 hectares. Isso ocorre porque a Índia está crescendo como demandante. Lembramos que, até 2040, há previsão de a população da Índia passar a da China. A Índia é grande consumidora de lentilha, grão-de-bico, essas formas de cultura; e o Brasil se apresenta como uma nova tendência. Então, saímos um pouco da soja, do milho.

Na década de 70, o adido americano no Brasil não acreditava na soja. Mas, agora, o Brasil acredita no trigo tropical. A EMBRAPA acredita no trigo tropical. Então, já temos tropicalizado o trigo. Para quem não sabe, em Brasília, já há moinho de trigo, há plantação no entorno. A maioria do pão de Brasília já é produzida por trigo tropical do entorno.

Tudo isso agrega valor, passa a fazer parte do processo de bioeconomia; e há ciência e tecnologia.

As cenas trabalhadas neste eslaide — vou entrar em detalhes a seguir — buscam questionar justamente isto: será que, em 2035, vamos ter condição de manter aquilo que não se acreditava há 30 anos, 40 anos? Essa é a lógica vinculada às incertezas. Talvez quem está lá atrás não consiga ver, mas isso está bem detalhado no livro.

Baseado em tudo isso, em todos os estudos, este eslaide mostra um resumo das cenas. O livro tem todo um capítulo vinculado a isso. São entre 20 a 30 páginas que falam de bioeconomia. Nós traçamos, para cada uma daquelas cenas gerais, um item, um sumário para bioeconomia.

A primeira cena é: *Vai Levando*. O Brasil continuou como grande produtor e exportador de *commodities*, porém a bioeconomia não se desenvolveu. Vamos ser o celeiro do mundo? Não que não seja importante ser o celeiro do mundo, mas queríamos estar mais na cozinha do mundo, vendendo produto já com valor agregado.

O segundo cenário abordado é: *Crescer é o Lema*. Houve grande contribuição da bioeconomia para a balança comercial, com aumento do valor adicionado e menor dependência de insumos importados. Houve melhora na infraestrutura de ciência e tecnologia, um aprendizado tecnológico profissional e ainda aumento da capacidade do aprender a fazer. Então, já se tem uma melhora no processo.



A cena seguinte é: *Novo Pacto Social*. Sem incentivos para inovação, não houve investimento público e privado em ciência e tecnologia adequado para a bioeconomia, apesar do desenvolvimento de áreas específicas, como a bioenergia. Até comentei a questão do etanol. Isso depende muito de política pública. Hoje mesmo, apesar de grande parte dos carros pós-2010 ser biocombustível, poucas pessoas abastecem com etanol. Existe essa relação. Também houve desenvolvimento de *clusters* em algumas áreas de agrobiodiversidade regional — é o caso dos cosméticos, setor que está bastante evoluído em relação a isso.

O último cenário é intitulado *Construção*. Houve queda na taxa de juros, o que atraiu a iniciativa privada, que passou a investir em projetos mais inovadores. Houve avanços nos marcos regulatórios e na desburocratização para o uso da biodiversidade. Como eu disse, no INPI, há 240 processos. O Brasil demora de 3 a 4 vezes mais do que outros países para fazer o processo de denominação de origem. Falo isso para termos uma noção lógica.

Ainda na cena da *Construção*, temos: avanços no marco regulatório e desburocratização para o uso da biodiversidade, sem penalizar cientistas — hoje há uma legislação bastante forte em relação a isso —, facilitando o trabalho dos diferentes atores, foram fundamentais para aumentar as pesquisas.

Neste final, eu queria destacar que o Brasil tem, sim, grande potencial para ser líder em bioeconomia em 2035, 2040. Isso ficou muito evidente nas cenas. A EMBRAPA vem trabalhando nisso e agregando valor em relação à sua condição. Existe não só a vontade da agricultura, mas principalmente da agroindústria associada a isso.

De forma geral, é necessário fortalecer a agricultura e a agroindústria para que, além de alimentos e fibras, produza cada vez mais bioenergia, biocombustíveis, bioplásticos, biorremédios, bioprodutos. Esse “bio” é que é importante para o fortalecimento da nossa produção.

Como mensagem final, o futuro é “bio”, sim, e o Brasil não pode perder essa oportunidade. Assim como nós não perdemos a oportunidade na década de 70, nós não podemos perder a oportunidade nos próximos anos de estar bem colocados em 2040 ou 2050.



Com isso, agradeço e deixo registrada a informação do nosso sistema Agropensa. A atual gestão da EMBRAPA, comandada pelo Dr. Maurício, preocupada com isso, colocou em curso o sistema de inteligência estratégica na EMBRAPA, que se chama Agropensa, justamente para projetar o agro para o futuro.

Eu estou na coordenação desse processo. E lá buscamos fazer estudos e análises e traçar cenários em temas específicos, em áreas específicas, muitos deles em parceria — este tem parceria com o IPEA. Assim agregamos valor ao nosso trabalho e obtemos conhecimento das outras áreas, e não simplesmente da agricultura, que é o que mais se busca hoje.

Deixo à disposição de todos a página de acesso, que contém várias publicações, análises por cadeia, bases de dados nacionais e internacionais da agricultura. Tudo isso hoje está disponível ao público de forma geral.

Agradeço e fico à disposição para responder a alguma questão específica.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Muito obrigada, Dr. Edson, pelas referências, pelo que nós conseguimos depreender e apreender com sua exposição.

Agora passamos para a fase dos debates.

Convido para ser o primeiro orador o Deputado Hugo Leal, que é o autor do requerimento de realização desta audiência pública.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores e convidados, eu já estou satisfeito.

Entendo que esse seria o objetivo principal da audiência. Sei que o nosso cenário hoje, uma quinta-feira, não é dos melhores. Também não imaginei que seria diferente, porque, quando se vai falar de futuro e de perspectiva, é difícil. As pessoas têm certa resistência a fazer discussão sobre o futuro, sobre perspectivas de médio e de longo prazos.

Eu fiquei satisfeito porque aqueles que nós temos a oportunidade de atingir vão ter acesso a tudo isso que aqui foi falado, uma vez que ficará gravado e registrado aqui na Casa, na Comissão Mista de Orçamento.

Peço tanto à *TV Câmara* quanto à *TV Senado* que produzam um programa específico sobre este debate, porque considero o tema tratado aqui muito rico. A



população precisa conhecer um pouco mais esse assunto. Nós precisamos levar isso a outras esferas.

Eu poderia tecer aqui comentários sobre vários pontos e muitos elogios. Nós tivemos aqui a visão da EMBRAPA, mas poderíamos ter aqui a FIOCRUZ, o BNDES, que hoje é assunto, inclusive, na Medida Provisória nº 777, de 2017. A discussão sobre TJLP, TLP, sobre modificação dessas medidas, sobre os impactos que vão ser produzidos, deveria ser feita a médio e longo prazo, porque senão fica uma coisa muito restrita. E eu fico com imensa dificuldade de tomar as decisões aqui, exatamente porque estamos sempre no improviso, na análise superficial. Isso é muito desgastante, porque o País não faz o planejamento necessário e acaba improvisando nas políticas públicas e nas decisões tomadas.

E não é por acaso que nós chegamos a 796 medidas provisórias — e não foram editadas só por este Governo especificamente. Mais duas foram apresentadas hoje. Ou seja, dentro do que foi mencionado, é a “Uberização” do Parlamento. Mandam um Uber para o Parlamento, para dizer que há uma medida provisória de tal ordem para analisarmos e votarmos. Assim não dá! Eu acho isso desmoralizante!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - E V.Exa. me permita dizer que isso ocorre porque, na época da Constituinte, quando o tema passou da Comissão de...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Comissão de Sistematização.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Não, antes. Passou da Subcomissão para a Comissão de Sistematização e foi ao plenário. Quando se votou a reforma do Estado, quando se decidiu se o Brasil seria parlamentarista ou não, como a proposta era parlamentarista, estava lá a medida provisória.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sim. E era lógico.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Tiraram o parlamentarismo e deixaram a medida provisória.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - É, deixaram a medida provisória.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Isso é uma palhaçada!
(Riso.)

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - A medida provisória, Presidente...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - É o mesmo medo que eu tenho hoje com o fato de haver três Comissões discutindo a mesma coisa, a reforma política. Cada uma escreve um pedaço, e não sei no que vai dar. Aliás, não vai dar em nada.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu não vou discutir reforma política, porque isso é um caso *a latere*, à parte, não é nosso. Mas vou aproveitar para dizer o seguinte: a lógica da medida provisória num Estado parlamentarista faz sentido.

A Constituição diz que a medida provisória poderá ser adotada em casos de urgência e relevância. Então, hoje tudo é urgente e relevante. Quer dizer, por não haver planejamento, tudo é urgente e relevante.

O que eu falo para V.Exa...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Imagine que nós votamos hoje uma medida provisória urgente, mas que só vai vigor a partir de janeiro de 2018! (*Riso.*)

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Isso, só a partir de janeiro de 2018.

Deputada Laura, é claro que todos os nossos convidados aqui e grande parte das pessoas que estão assistindo à reunião sabem muito bem das nossas mazelas, das nossas dificuldades.

No cenário de 2035, eles colocaram a foto do Plenário, mas eu acho que não vai ser esse Plenário, não. Vai haver a “Uberização” do Parlamento. O Planalto vai mandar um Uber com uma medida provisória, e o Parlamento vai votá-la.

Acho que poderemos avançar para outra questão que eu sempre defendi também, a democracia digital. Estamos num momento bastante razoável para fazer isso. Introduziríamos essa questão num debate desses aqui, nesse material, inclusive com a discussão sobre o papel do próprio Tribunal Superior Eleitoral, não só de realizar eleições, mas também de fazer consultas diretas à população. Nós temos sistema digital para isso.

Já apresentei requerimentos nesse sentido e defendi linhas dessa proposta, mas também não é o caso aqui, não. Faremos isso...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Nem podemos. Eu recebi uma informação de que a Justiça Eleitoral custa 7,7 bilhões de reais. Imagine para quanto vai esse custo, se dermos a ela mais uma atribuição!



O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Não, eu não estou dando a ela uma nova atribuição. Veja: se estão colhendo dados biométricos da população, é sinal de que se pode fazer identificação biométrica. E essa identificação biométrica pode garantir uma consulta. Quando alguém recebe milhares de mensagens pelas redes sociais, não sabe se aquilo ali é *fake*, se vem de um perfil falso ou coisa nesse sentido. No momento em que se define o padrão de consulta à população, através dos dados biométricos do próprio Tribunal Superior Eleitoral, ele passa a ser não só um tribunal eleitoral, para gerir as eleições, mas também um tribunal de consulta pública, democrático. Acho que a lógica é muito mais essa do que nós ficarmos aqui defendendo... Mas eu vou deixar isso para os nossos cientistas e para o IPEA fazerem um estudo, porque acho que também é muito importante para nos aprimorarmos.

Sra. Presidente, eu tinha uma série de anotações, mas o meu papel hoje aqui é só de elogiar, de enaltecer o trabalho tanto do IPEA quando da ASSECOR, da EMBRAPA e de todos que desenvolveram essa pesquisa. Eu gostaria de ter aqui o BNDES, a FIOCRUZ, a Universidade de São Paulo — USP, enfim, todas as entidades que trabalharam nisso.

Eu tenho alguns pontos bem superficiais, bem tangenciais para comentar. Por exemplo, o Maurício fez um esforço aqui para compilar umas 50, 60 páginas num universo muito pequeno, muito restrito. Eu vou trazer dois temas que estão muito atuais. Quando V.Sa. falou sobre tendências de peso — eu li isso em incertezas críticas —, eu coloquei “meio de pagamento digital”. No seu prefácio, que eu acho fantástico, o senhor fala de sistemas de evolução, de revolução e disruptivos. Onde o senhor inseriria hoje essa questão dos meios de pagamento? Como evolutivo, revolucionário ou disruptivo?

Como nós estamos aqui discutindo essas questões, vimos recentemente também a proposta de que a Casa da Moeda seria privatizada, alguma coisa nesse sentido, o que acho uma proposta completamente estapafúrdia — não sei quem defendeu isso...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Ontem saiu a notícia de que 57 órgãos, dentre eles...



O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sim, mas eu estou dizendo o seguinte: o conceito de moeda no mundo vai mudar. Isso é óbvio! É uma tendência. Isso está nítido. Eu só acho que, em vez de se privatizar a Casa da Moeda, tinha-se que transformá-la numa instituição de certificação digital, numa outra lógica, que observa o mundo. Tinha-se que aproveitar o conhecimento dela para outra linha, para dar um salto tecnológico. Eu perguntaria qual é a incerteza crítica para essa linha de raciocínio.

Uma coisa que preocupa é a questão do aumento da tendência à saúde. É uma preocupação positiva, mas, quanto mais se demanda saúde, mais se ampliam os cuidados.

Uma incerteza crítica e também uma pergunta ao Maurício é: o conflito que se estabelecia em torno do petróleo será semelhante ao conflito pela água?

Ao Leandro quero dizer que endosso suas palavras sobre a falta de planejamento, de perspectivas, que não é deste Governo. Quero deixar isso bem registrado, até porque o Ministro do Planejamento já vem de uma equipe anterior. Parece-me que se está perseverando nessa lógica. Não é a crítica pela crítica, mas, sim, uma constatação. Então, é uma preocupação que passa, e as pessoas vão deixando passar, achando que isso é normal, não planejam e improvisam. O imprevisto é melhor porque você é encoberto. É a mesma coisa na lógica da administração pública: quando se dispensa a licitação, é porque, obviamente, existem alguns outros benefícios, que não cabe aqui discutir. O imprevisto é melhor do que se fazer um planejamento, uma proposta, numa perspectiva maior de planejamento.

E, quanto aos cisnes negros — achei muito interessante essa imagem —, quando o senhor fala de catástrofes, até as catástrofes podem ser previstas, pelo menos do ponto de vista climático. E esse é um fortalecimento do planejamento.

Ao Bolfe, da EMBRAPA, não tenho absolutamente apontamento algum a fazer, assim como ao Embaixador Sérgio, que aqui representou muito bem o IPEA.

Bolfe, pontuo apenas uma questão sobre as duas safras. Eu sou um produto rural, vim de uma família de produtores — meu avô e meu bisavô era produtores rurais. Apesar de eu ser um Deputado do Rio de Janeiro, nasci no sul do Estado de Minas Gerais e tenho muito orgulho de ser um produto rural. Não sou da EMBRAPA;



já sou uma coisa meio derivada. Mas eu ouvi muito, quando criança, quando jovem, que a terra tinha que ser plantada, precisava depois descansar, para depois voltar a ser plantada. Então, essa tecnologia para utilização mais rápida da terra pode trazer a desertificação? Como a tecnologia consegue contornar esse problema?

Sra. Presidente, não vou tomar mais tempo, mas quero mais uma vez manifestar a minha preocupação com as tendências.

E outra coisa, Sra. Presidente. Eu gostaria de fazer uma sugestão: o mínimo que esta Comissão poderia fazer era pegar esse material, ou talvez um resumo dele, e falar com os Relatores Setoriais, para ver o que poderíamos fazer sobre isso dentro das relatorias setoriais. Não dá para fazer com o Relator-Geral, mas dá para fazer pelo menos com os Relatores Setoriais. Seria para ver como eles poderiam receber alguma contribuição desse trabalho, numa perspectiva de longo prazo. Acho que, se nós fizermos isso, já será uma grande contribuição à Comissão Mista de Orçamento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Deputado Hugo Leal, informo que todas as palestras já estão na nossa página da Comissão, com os dados. O livro será entregue ao Relator-Geral, é óbvio, ao Presidente e ao Deputado Pedro Fernandes, que também está aqui.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu só queria completar dizendo o seguinte: não é só o livro não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Todas as transparências também.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Acho que temos que fazer um esforço maior. Precisamos aproveitar esse conjunto de técnicos capacitados e fazer uma visita a cada um dos Relatores Setoriais — acho que em 3 ou 4 dias se resolve isso —, pelo menos para não dizer que não falei das flores.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Que não tentou, não é? Está certo.

Tem a palavra o Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Primeiramente, quero parabenizar o Deputado Hugo Leal pela iniciativa. Fiquei muito gratificado de



participar desta reunião. Eu sou um otimista. Talvez até pela idade, eu analiso muito a história e acho que nós melhoramos muito.

Outro dia eu conversava com um irmão meu. Eu sou filho de uma mulher brasileira, que, com 32 anos, já tinha 12 filhos. E eu dizia a ele: *“Como nós crescemos, hein! Lembra-se de que nós tínhamos um banheiro, que era disputado? O horário de um era às 6h; o do outro, às 6h05min; o do outro, às 6h10min; o do outro, às 6h15min? E quem perdia seu horário ia para final da fila?”* E eu comecei a conferir o banheiro que cada um tem hoje.

É claro que esse modelo de desenvolvimento criou muita exclusão. Isso nós sabemos. Mas eu sou um otimista. Todo esse processo por que estamos passando não me surpreende, mas me revigora, pois nós estamos melhorando.

Quando eu falei do caso que aconteceu na China, eu me senti orgulhoso, como eu me senti orgulhoso, outro dia, ao visitar a EMBRAER. A EMBRAER nos dá orgulho! Mas nós nos especializamos em passar diariamente só as coisas ruins. O senhor apresentou um exemplo que figura bem: o Brasil ainda tem 60% das nossas matas conservadas. Nós temos muitas coisas boas!

Eu me surpreendi muito com uma conversa que eu tive com o Gleisson, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento. Eu o achei um baita de um profissional, achei que estão fazendo muitas coisas importantes, mas acho que os Governos do Brasil — não apenas esse que está aí — são caixinhas, não se falam entre si. Talvez para falar precisasse existir um planejamento estratégico.

Mas eu vejo com muito otimismo até a passagem da Esquerda pelo Governo. Era preciso que ela passasse até para podermos comparar. Eu acompanhei aqui todos esses Governos, vi o Fernando Henrique Cardoso, depois o Lula, depois a Dilma. Vi como trabalhávamos aqui no Governo do Lula, quando propôs a reforma da Previdência, a reforma trabalhista, a reforma tributária, e, quando saíram, ficaram exatamente contra aquilo que eles diziam que precisávamos mudar.

Por exemplo, eu estou aqui há 20 anos discutindo a reforma tributária. O Luiz Carlos Hauly está há mais tempo, está há 27 anos. Mas eu fico satisfeito porque nós entregamos agora — está na página da Comissão da Reforma Tributária — uma proposta de reforma tributária que eu acho que agora vai. É uma tendência forte.



Embora haja uma incerteza, eu acho que é uma tendência forte. E eu convido todos a conhecerem essa reforma tributária. Eu acho que ela avançou bastante.

Uma coisa sobre a qual precisamos pensar — e aí eu convido o Dr. Leandro para pensarmos nisso — é a reforma do Estado. O Estado está muito grande, o corporativismo cresceu muito. Nós não conseguimos olhar a iniciativa privada como uma possibilidade de crescimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - De parceria.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Estamos crescendo muito o Estado e esquecendo de crescer a iniciativa privada, que tem um papel muito bom. Precisamos discutir isso.

Eu não estou dizendo que está errado ou que está certo. O que eu vejo é que, aonde eu vou, a turma só defende o seu lado, e nós prestamos um péssimo serviço público. No hospital público, as pessoas estão seguras lá, porque passaram num concurso, e nos tratam mal como cidadãos. Existem exceções. Há pouco eu fiz um reconhecimento ao Hospital da Mulher, em São Luís do Maranhão, que presta um grande serviço. Chamou-me tanto a atenção que eu trouxe aqui, a Câmara dos Deputados reconheceu e lhe ofereceu um presente. Mas, na grande maioria, eu não sei o que está se passando. É salário? É falta de atenção? Sei lá! É uma série de coisas. Eu sei que a população não está sendo bem atendida em vários serviços públicos. Precisamos discutir esse Estado. Não sei se ele precisa crescer mais, se precisa diminuir. Mas precisa ser discutido.

Nós precisamos discutir o papel da universidade. Eu vejo os ricos todos nas melhores universidades públicas e os pobres no FIES. Será que isso está certo? Essas são as minhas perguntas, que eu faço lá na Comissão de Educação. Enfim, existe uma série de coisas.

Eu acho que nós vamos melhorar muito, crescer muito, é com conhecimento, com tecnologia, com planejamento, para que haja inclusão. Eu não acredito que nós vamos combater a violência só com homens na rua e com o Exército. Não, muito pelo contrário, nós precisamos fechar essa fábrica de marginais que estão aí, pois essas crianças não têm oportunidades. Precisamos trabalhar nisso. Mas para trabalhar nisso, nós precisamos abrir mão de certas coisas.



Eu fui outro dia a uma palestra no Tribunal Eleitoral do meu Estado. Lá para o final, eu disse que imaginava que eles estivessem discutindo e quisessem me cobrar o meu auxílio-residência, que eu acho um absurdo! Vivemos num país onde se paga 1 salário mínimo ao cidadão, que tem que pagar residência, pagar transporte, pagar tudo, e aquele que ganha 30 mil tem direito a residência! Mas eles querem é o deles. Quer dizer, é esse contrato social que precisa mudar. Brasília não é o Brasil real.

Chegou um cidadão aqui, logo depois que o Eduardo Cunha anunciou o “Parlashing”. Os senhores estão lembrados disso? Não achei proposta dele exagerada, era só uma venda que já tem no Anexo IV, mas deram uma dimensão grande. Ele bateu, com toda a razão, e eu disse: *“eu vou lhe mostrar aqui o Tribunal Superior Eleitoral. Olhe esse palácio como é bonito! Eu vou lhe mostrar aqui a Procuradoria do Janot, para você ver o que é bonito!”*

Isso é diferente do Brasil real, do Brasil de casa de palha, do Brasil da enxada. Então, não tem dinheiro ou não tem prioridade? Tudo é feito com dinheiro.

Uma das coisas que eu tinha vontade de fazer era uma auditoria naquela construção da Procuradoria-Geral, que foi feita pelo Luiz Estevão. Ele fez aquele negócio lá em São Paulo, e eu acho que fez aqui. Mas, não, é intocável.

São essas coisas que nos chocam, a maneira como as prioridades não são tratadas neste País.

Mas eu quero parabenizá-los, até por uma coisa importante que eu achei na palavra do Leandro, porque acho que é assim que funciona: *“o Ministério não ajudou, mas nós fizemos.”* Isto é importante: *“nós fizemos.”*

Eu pertencia a uma empresa, e um dia eu fui falar com o Presidente: Presidente, precisamos contratar e criar aqui um setor de serviço social. Ele disse: *“Deus me livre! Isso vai criar é confusão, e eu não quero isso.”*

Eu fui procurar umas assistentes sociais e conversei com elas. Depois, eu fui estudar e disse: *“olha, o perfil de vocês dentro da empresa não é de colaboração, é muito de peitar. Então, vamos fazer isso. Vamos fazer, não contratado como um serviço, mais um serviço social não oficial. Vamos fazer isso, embora ele não queira”*. Depois, ele terminou incorporando e prestou um grande serviço. Acho que é o grande papel do funcionário público.



Parabéns a todos! Eu me sinto hoje contemplado nesta quinta-feira. Eu já devia estar voando. Se não fosse a exigência de bater o ponto aqui, às 14 horas, eu já estaria lá no meu escritório, a uma hora dessas, recebendo as pessoas.

E gostei muito do Agro Pensar, vou pedir permissão aqui já para copiar. Vou colocar o Pedro Pensar, tá?

Obrigado a todos vocês e parabéns!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Adorei, Pedro. *(Risos.)*

Agora, eu vou fazer o seguinte...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Há só uma pergunta que eu queria fazer.

No meu Estado, eu falo muito da pecuária floresta. E a turma diz: *“E esses raios vão matar meus bois, Pedro Fernandes! Isso é mito, não é?”*

Depois...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Eu vou pedir agora a resposta principalmente do Dr. Maurício, que acho que foi o mais questionado, mas também Dr. Edson. E, logo depois das respostas, vou passar ao Dr. Sérgio e ao Dr. Leandro, para que eles possam fazer as considerações finais.

E, se possível, já o Maurício e o Edson fazem também as considerações finais, por um simples motivo: infelizmente, meu voo sai às 14 horas, e eu tenho medo de perder avião lá, da mesma maneira que o Deputado Hugo.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - O meu é só à meia-noite.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Mas você vai presidir a você mesmo!

Só que nosso voo, se não for agora, é só às 19h30min, e não conseguiremos trabalhar no Estado ainda hoje.

Então, quem acha que é fácil... *(Risos.)*

Vamos lá, Dr. Maurício.

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - Obrigado, Deputada.

Com relação aos meios de pagamento, eu diria que talvez seja uma evolução, eu creio que é uma evolução, mas é também uma revolução, e ela tem um caráter disruptivo.



Com relação aos impactos, nós não temos muita noção, não. É algo muito novo e, pela sua própria natureza, tem uma capacidade de afetar toda a realidade que nós não tivemos condições de avaliar. Na verdade, em vários aspectos, não tivemos condições de alcançar todos os aspectos que dizem respeito ao processo de desenvolvimento do País.

Uma coisa, por exemplo, que nós precisaríamos ter abordado, mas não tivemos condição, foi a questão do sistema jurídico, do sistema judiciário. É interessante, porque com todos esses problemas que estamos vivenciando agora, nós falamos do Executivo, do Legislativo, e não se fala nada do Judiciário. É o quê? É perfeito? É vestal? Está incólume?

Então, há vários aspectos que ficaram de fora do nosso estudo, nós não tivemos condição de abordar.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Lá tem muita flecha.

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - Eu gostaria de falar um pouco da questão da certificação digital. O senhor até mencionou a privatização da Casa da Moeda. E é interessante, porque o Brasil avançou muito nesse aspecto. Nós temos condição — o Estado brasileiro, o Poder Executivo Federal — de continuar capitaneando esse processo.

Nesse aspecto, eu considero a sua pergunta extremamente relevante, porque haveria plena condição, há plena condição de o Estado brasileiro capitanear esse processo. Eu não sei se é por meio da privatização da Casa da Moeda, mas nós criamos uma massa crítica com relação à certificação digital que está aí. E nós somos vanguarda para a maior parte do mundo nesse aspecto. Então, fica uma coisa meio anacrônica, um pouco paradoxal, até mesmo incoerente.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sobre a certificação digital, hoje, a Serasa presta um grande serviço, dá de dez a zero nos Correios!

(Não identificado) - Quem começou a certificação? Foi o Brasil?

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Não sei se foi a privatização, mas essa é a realidade. A Serasa está aí, dá de dez a zero.

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - Mas o fato é que tem condição, tem feito isso, tem condição de dar certificação digital a vários atores, do setor privado, inclusive.



É gozado, quando nós abrimos mão do que nós temos.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Isso é impressionante.

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - É, eu acho muito esquisito mesmo.

Com relação ao conflito petróleo-água, nós não conseguimos chegar ao ponto de saber se vai ser tão complicado como o petróleo. Eu apostaria que provavelmente será mais grave, mesmo porque o petróleo é fundamental para a geração de energia. Eu coloco sempre que, ainda que ele possa poluir, enquanto tiver petróleo, nós vamos queimá-lo, porque é um meio de geração de energia muito barato. Agora, a água diz respeito à vida, então é uma coisa muito mais grave. Portanto, eu acredito que possa haver problemas muito mais profundos, conflitos muito mais graves com relação à água em comparação com o petróleo.

Eu queria apenas levar uma informação, que eu entendo que é positiva, ao Deputado Pedro Fernandes, com relação ao tamanho do Estado. Na verdade, quando falamos em Estado, temos que identificar o que é Estado exatamente. Se nós formos colocar o Poder Executivo Federal, o Estado Federal, o nível estadual e o nível municipal, nós podemos dizer que o Estado brasileiro é grande, sim. Mas, quando falamos de Poder Executivo Federal, do Estado Federal, o Estado brasileiro é muito pequeno. Eu acho que se criou essa imagem de que o Estado brasileiro é grande, e não é verdade. Se compararmos o número de servidores públicos federais em relação à população, é muito pequeno comparado a países desenvolvidos. Bom, comparado a países subdesenvolvidos também.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Isso é interessante, se pegarmos, para mudar esse conceito.

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - Números de servidores federais...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Mas você acha que, para um País que tem uma Justiça Federal, uma Justiça Trabalhista, uma Justiça Militar, uma Justiça Eleitoral, isso é pequeno?

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - O senhor está falando de Poder Judiciário.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Não, eu estou falando de Estado!



O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - Pois é, um aspecto do Estado.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Mas ninguém gosta de falar por quê? Tem medo do Janot, medo de quem?

O Ministro Marco Aurélio falava muito daqui. Eu disse: *“vai se candidatar para vir para cá, porque aqui não é indicação, como seu tio lhe indicou, seu primo”*. Entendeu? Nós precisamos enfrentar esses vestais aí.

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - É verdade.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Mas ninguém fala, têm medo da flecha do Janot.

Janot está saindo, entendeu?

Trinta e quantos Ministérios existem hoje?

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - Mas o número de servidores públicos...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Você já viu o tamanho do Ministério da Educação?

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - É. Deputado...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - É um monstro!

Olhe, eu lutei aqui para passarmos as universidades para o Ministério de Ciência e Tecnologia e deixar o Ministério da Educação com o ensino fundamental e o ensino médio, porque hoje as universidades tomam conta do Ministério.

Aí, inventaram de colocar o Ministério de Comunicações no Ministério de Ciência e Tecnologia, não levaram as universidades.

Você acha pequeno o Ministério da Educação?

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - Deputado, a estrutura do Poder Executivo Federal é extremamente pequena. Nós não temos servidores para fiscalização, não temos servidores para a formulação adequada de políticas públicas, para pensar o Estado...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Salvar a EMBRAPA... Até a China conhece a EMBRAPA. Mas não salve esse centralismo de Brasília, pelo amor de Deus!



O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - Tenho certeza de que o Bolfe vai também comparar...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Fica com 65% de impostos aqui para fazer tudo, para pagar diárias, para pagar avião para turma andar, rapaz. É um Estado grande.

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - Isso é outra coisa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Eu queria pedir ao Deputado Pedro que...

Não, não! Não é isso que vou pedir, não. O problema é que vou perder o avião. Se V.Exa. pode presidir...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Não, ele não pode porque ele vai sair, por isso eu estou pedindo a V.Exa. para, se puder...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Não é agora, não.

Desculpe, Dr. Maurício.

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - Obrigado, Deputada.

Eu já encerro por aqui.

O SR. EDSON BOLFE - Bom, respondendo às questões, na verdade, mitos nós temos em todas as áreas; temos mito na área industrial, na área de ciência e tecnologia como um todo e na área agrícola também. E a ciência e tecnologia é pródiga em derrubar os mitos.

Quando éramos crianças, que assistíamos àqueles filmes em que se falava num aparelho pequeno, que podia mandar alguma mensagem, pedir alguma coisa, aquilo era mito. Hoje, está aqui, o mundo está aqui.

Então, na área agrícola, a pesquisa, a EMBRAPA, os parceiros, as universidades e as organizações estaduais de pesquisa, que deveriam ser fortalecidas e, em alguns Estados, elas estão tendo o processo contrário, estão sendo fechadas, estão aí justamente para derrubar os mitos.

O que o Deputado Hugo comentou era uma realidade, sim, na década de 70 ou 80. Havia essa ideia de que usar o solo por muito tempo resultaria em desertificação ou qualquer coisa assim. Sim, porque, na década de 70, a agricultura



brasileira veio cópia do Hemisfério Norte. No Hemisfério Norte, na metade do ano, é neve praticamente, é frio, e, na outra metade é que se teria condição de cultivar. E lá eles usavam ainda equipamentos que o Brasil importou. Na Revolução Verde, todos os equipamentos, o sistema de produção, as sementes, vieram do Hemisfério Norte. E lá eles tinham que resolver o solo para aquecê-lo, porque ele ficava 6 meses sob a neve e, na época em que começava a primavera, eles revolviam o solo para pegar a parte de baixo e jogar para cima, dar uma aquecida e plantar. Se se fizesse muito isso, o solo se degradaria, em função da chuva e tudo o mais. E o Brasil foi quebrando esses mitos através da ciência e tecnologia aplicada à pesquisa. É por isso que hoje nós temos o plantio direto, e praticamente toda a agricultura brasileira é de plantio direto.

O que é o plantio direto? Você colhe, e fica aquela palha, aquele resto de matéria orgânica. Nós não revolvemos mais o solo, já plantamos em cima daquela palha mesmo, que é a segunda safra, que é justamente a intensificação. E aquela palhada, aquela matéria orgânica serve de proteção. Primeiro, ela protege da chuva; segundo, ela não deixa ir erosão para os recursos hídricos, para os rios, e o terceiro, que eu acho o principal, ela protege os recursos naturais, que são as florestas.

Então essa diminuição das taxas de desmatamento no Brasil, em grande parte, sim, é devida à fiscalização dos Ministérios, tudo isso, e à conscientização. Mas a principal parcela é porque o Brasil está em um processo de intensificação, em que se conseguem produzir duas ou três safras naquele mesmo ambiente, sem precisar avançar em novas áreas de desflorestamento, ou seja, no Cerrado ou na Amazônia. Existe, sim, ainda algum desflorestamento, mas as taxas são muito baixas em relação ao todo. Então essa condição é que permitiu ao Brasil, ao mesmo tempo, ser uma potência agrícola e uma potência ambiental. É mais ou menos essa a lógica.

E a integração lavoura-pecuária-floresta, respondendo ao nobre Deputado Pedro, era nessa mesma lógica. Pensava-se que existia uma concorrência entre determinadas espécies, e, na verdade, hoje, a ciência e a pesquisa agrícola veem que existe uma integração. Então, a floresta vai ser plantada em espaçamentos tais que protegem a pastagem, dão sombra ao animal. Aí vem a questão do bem-estar



animal, que o faz produzir mais. E, quando você revolve essa parte de pastagem, você tem mais matéria orgânica para produzir grãos, soja ou milho.

Essa concorrência também existia, e agora a tecnologia está enfocando essas quebras de mitos ou paradigmas, vamos dizer assim, dentro da área agrícola.

Para finalizar, já agradecendo mais uma vez à CMO pelo convite, ficamos à disposição, na EMBRAPA, para aprofundar qualquer um desses assuntos específicos.

Lembramos que nós mantemos essa soberania na agricultura tanto produtiva como ambiental, e o grande desafio, no meio rural, é garantir uma soberania social e econômica para o País, para os próximos anos. E esse é o papel nosso, na EMBRAPA, como empresa pública.

Eu agradeço, mais uma vez, pela disponibilidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Muito obrigada.

Dr. Leandro, o senhor tem 2 minutos para as considerações finais.

O SR. LEANDRO FREITAS COUTO - Claro, Deputada. Não quero atrapalhar seu voo, sei que a senhora está preocupada.

Vou comentar rapidamente algumas observações do Deputado Hugo Leal em relação a consultas eleitorais pela Internet. Nós previmos isso nos cenários. A questão é a importância do tema que seria colocado à discussão da sociedade, com relação a catástrofes, epidemias, esses *e-mails* que ele comentou.

Quero lembrar que recentemente tivemos o caso do zika vírus, que teve um grande impacto. Nós estamos preparados para enfrentar um novo vírus que venha e tenha impactos fortes na sociedade? Não sei se estamos.

Agora, com relação à reforma do Estado, eu quero concordar com o senhor que é necessário, sim, um diálogo e um debate consistente sobre isso. Mas não é isso que o Governo está propondo. Sinceramente, não é isso. O Governo anterior ficou por 13 ou 14 anos e também não propôs nenhum processo de reforma do Estado.

Nós nos colocamos à disposição do Ministério do Planejamento para fazer esse tipo de discussão, e, até agora, nós não fomos recebidos nesse nível de diálogo. A proposta que está sendo feita não vem ao encontro do que acreditamos



que seja eficiente, porque não há, Deputado, um sistema de gestão de recursos humanos sério para as carreiras de Estado. Não há.

O que me diferencia — eu que estou há 15 anos, no topo da carreira — de alguém que acabou de entrar? Nada. O que me diferencia é se eu tenho um cargo em comissão, só isso. E ficamos dependendo dos cargos em comissão.

Aqui está o Embaixador, e lá, sim, há uma carreira séria, em que vai aumentando a complexidade, o nível de responsabilidade, na medida em que se vai avançando na carreira da diplomacia. É um bom exemplo para aplicarmos ao restante.

Mas não foi esse debate que foi feito, foi um debate de: *“vamos ampliar 30 níveis, começa a receber 5 mil reais...”* Eu quero saber, por exemplo — pergunte ao Embaixador, depois, se ele concorda —, se um menino recém-formado em Contabilidade tem o mesmo nível de complexidade do que um diplomata que passou num concurso. Obviamente que não tem. Agora isto é bom senhor ter levantado, porque apareceu na nossa discussão, o nível de profissionalização do serviço público. Há uma tendência disso...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Agora, o senhor imagine isso no Judiciário.

O SR. LEANDRO FREITAS COUTO - E deixe-me dizer, porque nem isso nós entendemos como uma tendência de profissionalização, porque, no âmbito dos Estados e dos Municípios, ainda há muito patrimonialismo, muito coronelismo.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Só um parêntese aqui, rapidinho.

Nós estamos fazendo a reforma da Previdência e discutindo, e no setor privado, aposentadoria média é 1.600 reais; no Poder Executivo, é 9 mil reais; no Poder Judiciário, é 22 mil reais; no Legislativo, é 29 mil reais, e, no Ministério Público, é 33 mil reais. Dá para ver como o Executivo está...

O SR. LEANDRO FREITAS COUTO - E só para complementar, com os militares também não se mexe, o que também é outro problema.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - E eu nem falei neles, viu?

O SR. LEANDRO FREITAS COUTO - Pois é. Mas eu termino por aqui. Quero agradecer de novo.



Deputado Hugo, Deputada, Deputado Pedro, muito obrigado. Estamos à disposição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Muito obrigada, Leandro.

Peço ao Deputado Pedro que presida os trabalhos, porque é importante que ainda haja mais intervenções e, se possível, que as pessoas possam falar novamente.

Então eu vou convidar o Deputado Pedro Fernandes a assumir a Presidência, sob pena de eu perder o último avião possível hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Muito obrigado, Deputada.

Com a palavra o Embaixador Sérgio Florêncio.

O SR. SÉRGIO ABREU E LIMA FLORÊNCIO - Agradeço à Deputada Laura Carneiro pela Presidência e por ter ficado até este momento e agradeço ao Deputado Pedro Fernandes por assumir a Presidência. Acredito que assim tenho um pouco mais de tempo para fazer uma reflexão que se concentra na apresentação do representante da EMBRAPA, Edson Bolfe, que teve grande impacto sobre diversas reflexões que sistematicamente faço a respeito do Brasil.

Por que houve esse impacto? Porque de certa forma o que ele apresentou desfaz certos mitos e certas simplificações a respeito do desenvolvimento brasileiro. Então eu queria me concentrar, em primeiro lugar, no que ele começou dizendo, que a EMBRAPA é um produto de uma visão de cenários prospectivos.

Como diplomata, eu sempre tive grande orgulho e sempre manifestei esse orgulho a respeito de algumas instituições brasileiras, como EMBRAPA, PETROBRAS, EMBRAER e FIOCRUZ.

Então eu gostaria de fazer com que a apresentação dele estimulasse algumas reflexões. A primeira delas é: o Brasil deve ser um Brasil agrícola ou um Brasil industrial? Esse foi um grande debate dos anos 40. De um lado, havia Eugênio Gudín, defendendo que o Brasil era o País do café; do outro lado, havia Roberto Simonsen, defendendo que o futuro do Brasil era a indústria.

Outro grande debate do Brasil era: o Brasil tem que ter um desenvolvimento para dentro, *hacia adentro*, como dizia a CEPAL, ou o Brasil tem que ter um desenvolvimento para fora? E por que eu estou indo a Eugênio Gudín e a Roberto



Simonsen? Porque a apresentação dele desfaz essas visões dicotômicas, que naquela época até faziam certo sentido, mas hoje não fazem mais, por quê? Porque a agricultura não é só agricultura e pecuária. A agricultura é agricultura, pecuária, tecnologia, inovação e criatividade. Então, esse primeiro elemento do binômio não pode ser visto como era visto nos anos 40 e 50.

A indústria também não pode ser vista como era vista nos anos 40 e 50, por quê? Porque de 1950 a 1980 o Brasil teve uma taxa de crescimento médio do PIB pouco acima de 7% ao ano. De 1980 a 2016, a taxa média de crescimento do PIB do Brasil foi um pouco acima de 2%. E por que isso? Não vou simplificar, há inúmeras razões. Eu vou dizer apenas duas que me parecem altamente relevantes. A primeira delas talvez seja a mais relevante, porque, no período de 1950 a 1980, o Brasil cresceu como? Cresceu graças à industrialização substitutiva de importações.

Isso teve o seu papel, assegurou o crescimento da indústria brasileira, assegurou a migração do Nordeste para São Paulo, a absorção dessa mão de obra, certa mobilidade que aconteceu — meu pai é produto disso, e várias outras pessoas. Então esse crescimento baseado na substituição de importações teve o seu papel e diversificou altamente a indústria brasileira, o que hoje nós vemos. Digamos que o Brasil é desses países que se industrializaram em todos os setores.

A partir de 1980, o que nós temos é um esgotamento desse modelo. Esgotamento por quê? Por causa do próprio mercado interno: a taxa de crescimento demográfico se reduziu, o mundo se globalizou. A partir daí, o que nós tivemos foi a necessidade de um crescimento industrial com mais produtividade, com um Estado capaz de dar uma infraestrutura mais eficiente.

O que nós vemos, ao longo dos últimos anos, de uma década e meia, é o fenômeno da desindustrialização brasileira. Essa desindustrialização decorre de quê? Ela decorre, em parte, da baixa produtividade da indústria brasileira. Então é preciso que a visão de desenvolvimento tenha esse foco de geração de maior produtividade, mas isso exige diversas medidas, investimento em infraestrutura, um Estado mais eficiente.

Um bom exemplo dessa trajetória ascendente em termos de produtividade é o setor agrícola, pecuário e de inovação nessa área, e por quê? Porque, a apresentação do Edson deixou muito claro, se o Brasil foi, e é, uma *success story*



em matéria de agricultura e pecuária, existe um grande desafio nesse setor. E qual é? O grande desafio para esse setor, que é altamente eficiente, é: será ele altamente eficiente no futuro?

Isso vai depender do que ele apresentou, ou seja, é a transformação de um modelo agroexportador do passado, da tradição brasileira, de um modelo industrial que foi eficiente no passado, mas que não é eficiente no presente, em um modelo de agricultura e pecuária com valor agregado. Esse é o grande desafio, por quê? Porque esse *boom* de *commodities* que nós tivemos no período de 2004 a 2008, quando o Brasil cresceu 4% ao ano, se desfez, e ele se desfará sistematicamente porque as *commodities* têm ciclos de expansão em termos de preço, de *boom* e de quedas.

O fundamental é que esse setor do Brasil, que foi tão importante no passado, para continuar a ser importante no futuro, vai depender de instituições como a EMBRAPA, de estímulos governamentais à produtividade, porque, na medida em que nós não agregamos valor a esses nossos produtos, nós estaremos sempre na condição de ter períodos de grande expansão, de grande crescimento econômico, como tivemos essa média de 4% ao ano nesse período de *boom* de *commodities*, e depois quedas.

Então eu acho que foi fundamental a apresentação do Edson, porque ele deixou muito claro que o fundamental é que o setor agrário, agrícola e pecuário do Brasil tenha condições de dar esse salto qualitativo para que não só agregue valor, mas seja mais eficiente, mais competitivo, e dessa forma faça com que a economia brasileira seja menos vulnerável a essas oscilações de preço de produtos primários, que são históricas e que sempre continuarão a acontecer.

Muito obrigado. Desculpe-me por falar demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Muito obrigado a todos. Eu quero agradecer e dizer que, no Estado brasileiro, quando vemos o IPEA, a EMBRAPA e o IBGE, ficamos satisfeitos por ter esses órgãos, que têm capacidade técnica, têm portfólio tecnológico, vamos dizer assim, para levar esse Brasil para a frente.



Quando eu falo do Estado brasileiro, não é sobre brigar por salário, número de pessoas. Eu acho que há muita gente fazendo a mesma coisa. Eu diria que temos que usar mais energia.

Agora, eu só queria fazer uma observação — olhe a minha ousadia de fazer uma observação ao Dr. Sérgio! Eu acho que a indústria brasileira caiu muito porque perdeu competitividade. Em 1980, a carga tributária na indústria brasileira era 16%, hoje está em mais de 30%. A nossa mão de obra, embora seja 1 salário mínimo até barato, tem um encargo muito grande, tem custo alto.

Por isso, eu aconselho — eu aconselho, não —, eu sugiro a todos que olhem a proposta que está no *site*, está em consulta pública, e deem sugestões. Eu acho que ali estamos acabando com 10 impostos, criando um IVA, algo como se faz na Europa.

A Europa decidiu taxar mais a renda do que o consumo. No consumo, uma pessoa que ganha mil reais paga 539 reais de imposto; já o consumo de quem ganha 30 mil cai para 26% de tributação. Então, quem paga mesmo o imposto é o menor.

Então nós estamos nessa luta, que é uma luta para a qual o Governo nem olha, que é a reforma tributária. O pessoal que está lá diz: “*vamos fazer uma costurazinha no PIS, na COFINS e não sei em quê*”. Agora, não, estão apresentando uma aí. Vamos ver se temos força política para levar isso em frente.

Então, agradeço ao Dr. Sérgio, ao Dr. Edson, ao Dr. Leandro e ao Dr. Maurício. Em outras Comissões, vou tentar trazê-los aqui para discutirmos.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente reunião.